



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 132, SÁBADO, 5 DE AGOSTO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos
de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 94^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE AGOSTO DE 2023

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Balanço das atividades da CDH, presidida por S. Exa., durante o primeiro semestre de 2023.	7
Senador Eduardo Girão – Críticas à atuação dos Parlamentares governistas na CPMI dos atos do dia 8 de janeiro de 2023. Insatisfação com a decisão do Ministro da Justiça, Sr. Flávio Dino, de não entregar as gravações relativas ao dia dos atos de vandalismo. Comentários sobre a participação de S. Exa., na audiência pública, realizada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, sobre as prisões feitas no dia 8 de janeiro.	12
1.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão especial para 7 de agosto, às 10 horas, destinada a comemorar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET)	15
Convocação de sessão não deliberativa para 7 de agosto, às 14 horas	15
1.3 – ENCERRAMENTO	15

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Encaminhamento de matéria	
Encaminhamento do Requerimento nº 689/2023 à Comissão Diretora.	17
2.1.2 – Indicações	



Nº 69/2023, do Senador Mecias de Jesus, que *sugere ao Ministro das Comunicações, a priorização da conexão entre as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, Caracaraí, no Estado de Roraima, e Boa Vista, no Estado de Roraima, por meio de fibra óptica, no âmbito do Programa Norte Conectado.* 19

Nº 70/2023, do Senador Luis Carlos Heinze, que *sugere ao Poder Executivo federal, por intermédio do Secretário da Receita Federal do Brasil, que altere a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, para incluir os vinhos estrangeiros no rol das mercadorias apreendidas sujeitas a destruição ou inutilização.* 22

2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 389/2023, na origem (**Mensagem nº 54/2023, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar. 27

Nº 390/2023, na origem (**Mensagem nº 55/2023, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Myanmar. 55

2.1.4 – Projetos de Lei

Nº 3739/2023, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.* 88

Nº 3743/2023, do Senador Cleitinho, que *altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.* 93

Nº 3744/2023, do Senador Cleitinho, que *acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização de órtese e próteses.* 97

Nº 3745/2023, do Senador Cleitinho, que *acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.* 101

Nº 3746/2023, do Senador Cleitinho, que *acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeira de rodas motorizadas.* 105

Nº 3748/2023, da Senadora Augusta Brito, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces.* 110

Nº 3749/2023, da Senadora Augusta Brito, que *altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor.* 117

2.1.5 – Projeto de Lei Complementar



Nº 166/2023, do Senador Cleitinho, que altera a *Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)*, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos das emendas parlamentares individuais sejam destinados a finalização de obras paralisadas em seus respectivos estados.

122

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	127
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	143
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	146
6 – LIDERANÇAS	147
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	149
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	153
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	155
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	188



Ata da 94^a Sessão, Não Deliberativa,
em 4 de agosto de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Dr. Hiran.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e encerra-se às 10 horas e 44 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista dos oradores.

O primeiro orador inscrito é o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.)

– Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Dr. Hiran, veja que o destino... enfim, a vida conspira para questões favoráveis.

Por que eu estou dizendo isso? V. Exa. foi quem presidiu a sessão da Comissão de Direitos Humanos, coordenou o processo eleitoral em que eu fui eleito Presidente e a Zenaide Maia, Relatora. V. Exa. deu posse, inclusive, a nós.

Hoje eu vou falar exatamente dos seis meses – do primeiro semestre – dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, na qual V. Exa. e o Senador Girão, aqui presente, participaram ativamente.

Exmo. Sr. Presidente, Senador Dr. Hiran, é com satisfação que, no dia de hoje, apresento aqui o balanço das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa durante o primeiro semestre de 2023. Falo em nome de todo aquele Colegiado e também da Vice-Presidente daquela Comissão, Senadora Zenaide Maia.

Ao longo desses meses, nossa Comissão empenhou-se incansavelmente na defesa e promoção dos direitos fundamentais de todos os brasileiros. Durante esse período, realizamos um total de 45 reuniões, sendo uma delas de instalação, presidida por V. Exa. e com a presença, lá, garantindo o quórum, do Senador Girão. Cito os dois porque os dois estão aqui no Plenário neste momento – é claro que estiveram lá mais de 20 Senadores naquela manhã.

Pois, Presidente, entre as reuniões realizadas, 11 foram deliberativas, nas quais foram discutidas e votadas importantes proposições e requerimentos. Tivemos o privilégio de analisar 52 proposições e deliberar sobre elas.

Um dos destaques do nosso trabalho foram, ainda, 33 audiências públicas, realizadas em um debate fraternal, muito tranquilo, muito equilibrado e com os devidos encaminhamentos dados. Essas audiências públicas abordaram temas fundamentais e urgentes para a sociedade brasileira.

Entre eles, destaco o ciclo de debates sobre o combate à fome; o Estatuto do Trabalho; o debate sobre a *Cannabis* medicinal; o debate sobre as questões de combate a todo tipo de preconceito – preconceito racial, preconceito racial no futebol –; as cotas; o marco temporal indígena, que também lá foi debatido; a questão LGBT; enfim, a questão relacionada ao trabalho escravo; a PEC das domésticas; o arcabouço fiscal; o debate sobre os agrotóxicos; a Política do Idoso; o debate sobre a doença falciforme; o debate sobre o autismo; o debate com a Cáritas e os povos originários. Debatemos a violência nas escolas; a luta antimanicomial; a situação dos jovens; a situação da violência contra as mulheres – o Brasil, infelizmente, é o país que mais tem feminicídio no mundo, fica entre os três. Enfim, foram muitos e muitos temas relacionados aos direitos humanos que a Comissão debateu, aprovou e encaminhou. Muitos já se transformaram em leis e outros estão na Câmara dos Deputados.

Além disso, tivemos a honra de receber quatro ministros em audiências realizadas por essa Comissão. Esteve lá a Ministra Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial, que trouxe a sua prática para discutirmos medidas que promovam a igualdade racial em nosso país.

Tem uma frase do Nelson Mandela que diz que é bom ver uma criança amar, respeitar, brincar com a outra, independentemente da cor da pele e que é cruel, é triste ver uma criança sendo ensinada a odiar



a outra pela cor da pele. Então, pergunta Nelson Mandela: se é tão fácil, tão bonito, tão humano, tão, eu diria, construtivo ensinar a amar, por que ensinar a odiar? Criança não nasce odiando ninguém. Se ela odeia, no caminhar do seu crescimento, como jovem, adulto e até idoso, é porque alguém a ensinou a odiar.

Então, isso tudo nós debatemos lá, no mais alto nível de todos. Não teve um único Senador que tenha se posicionado contra essa construção coletiva. E ali, na Comissão de Direitos Humanos, nasceram os principais projetos de combate ao racismo no nosso país; todos votados por unanimidade, inclusive aqui no Plenário. Na época do Presidente Rodrigo Pacheco – quero fazer este destaque –, nós aprovamos 18 projetos aqui. Em todo o período que eu tenho aqui, nunca aprovamos, em um mandato, tantos projetos como aprovamos aqui, no Senado. Mérito do conjunto do Senado, porque não teve ninguém, ninguém que tenha encaminhado contra.

Enfim, já falei da Anielle, mas quero falar do Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que compartilhou conosco suas ideias para o combate à fome e para a melhoria nas políticas sociais; do Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, que trouxe a sua visão sobre a promoção e a proteção dos direitos fundamentais aos brasileiros; e da Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, que enriqueceu muito, muito nossos debates com suas propostas voltadas para a garantia dos direitos dos povos indígenas em nosso país.

Destaco também que debatemos muito na Comissão a questão do povo quilombola, um povo que agora, recentemente, o IBGE, em pesquisa realizada, mostrou a quantidade de famílias em condições sub-humanas descendentes dos quilombos no nosso país – por isso o povo quilombola.

Destaco ainda questões relacionadas a salários. Debatemos lá, como sempre debatemos, e pedimos a volta da política de inflação mais PIB para o salário mínimo; debatemos as questões dos aposentados e pensionistas; debatemos propostas vinculadas aos fisioterapeutas, aos enfermeiros, aos técnicos, àqueles que dedicaram sua vida, com coragem, firmeza e competência ao combate à pandemia.

A revogação da lei que, de forma equivocada, apontava que crianças poderiam trabalhar... Não são crianças, mas a idade que foi colocada era absurda. Era uma SUG – não foi proposta de nenhum Senador – que queria que crianças com 10, 12 anos já pudesssem trabalhar. A matéria foi rejeitada por unanimidade. Lugar de criança é na escola!

Discutimos também a questão do tumor cerebral como doença incapacitante; o estabelecimento do piso salarial para auxiliares da saúde bucal e muitas outras.

Essas medidas refletem a importância da participação da sociedade no processo legislativo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e a busca constante por uma legislação que promova a justiça e o respeito aos direitos humanos.

Tive a honra de apresentar e ver aprovados quatro projetos de minha autoria, que contaram com apoio total dos Parlamentares. Essas iniciativas buscam aprimorar a legislação brasileira no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Discutimos também a jornada de trabalho em tempo parcial; a eliminação da possibilidade de extinção do contrato de trabalho... Enfim, estamos debatendo o Estatuto do Trabalho, inclusive a jornada. E, quando me refiro à jornada, é porque o mundo hoje debate jornada de 40 horas semanais. Eu fui Constituinte, estou desde a Constituinte aqui no Parlamento.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente,



há um probleminha na campanha, porque hoje tenho direito a 20 minutos e acho que falei durante 5 até agora. É só ajustar aí.

Acho que o assessor poderia... Acho que só falei 5 minutos até agora e só tenho mais 5 lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que está constando 5 lá, por isso é que estou alertando.

Agora pronto, Presidente. Obrigado!

Estava falando aqui rapidamente que há um debate no mundo diante da automação, da robótica, da cibernetica, do trabalho virtual, do trabalho em casa. Quando eu falo do debate do Estatuto do Trabalho, eu estou discutindo a CLT do século XXI. Eu sei que tem que ser modernizada, e esse é o objetivo, mas o mundo discute também jornada de quatro dias semanais. Todos esses são debates que vamos fazer, claro, dialogando com todos os setores, empregados e empregadores. São medidas que visam assegurar condições mais justas e igualitárias para todos os trabalhadores brasileiros.

Além desses projetos que aqui destaquei, posso falar também da inclusão da população em situação de rua, que eu destaquei na abertura, no censo demográfico realizado pelo IBGE, que também aprovamos.

Essa medida é de extrema importância para que possamos conhecer e compreender melhor a realidade dessas pessoas e assim desenvolver políticas públicas mais efetivas para a promoção de seus direitos.

Ao longo desse semestre, tivemos projetos que se destacaram em nossa Comissão. Entre eles destaco a busca pela igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens – já aprovada e já é lei, foi sancionada pelo Presidente Lula. Homem e mulher na mesma função têm que ter o mesmo salário –; a criação da Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino; a implementação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em municípios com mais de 100 mil habitantes; a luta contra a exploração do trabalho escravo; o estabelecimento de diretrizes nacionais para o saneamento básico em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas, entre outros temas de grande relevância – há muitas comunidades quilombolas que até hoje não têm água. Tudo isso foi debatido lá.

Tivemos o prazer de deliberar sobre outras 35 proposições relacionadas a direitos humanos. Esses temas abrangiam áreas diversas, como catástrofes ambientais; proteção de crianças e adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência; habilitação de trânsito para pessoas surdas; programas de crédito ao jovem empreendedor; combate ao nazismo; criação do selo Empresa Amiga da Mulher; combate ao racismo por meio da inclusão obrigatória do combate ao racismo nas salas de aula – foi mediante audiências públicas –, para fortalecer a lei que já garante que se conte a verdadeira história na formação, na construção do nosso país de todos os migrantes, imigrantes, índios, negros, quilombolas, italianos, alemães, japoneses, enfim, todos que aqui chegaram.

Como encaminhamentos futuros, reforçamos nosso apoio à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa na campanha de aprovação de projetos de decreto legislativo, de acordos, tratados ou atos internacionais, bem como do Projeto de Lei 4.438/2021, que busca aprimorar a defesa dos direitos e estabelecer medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Também encaminhamos diversas ações que visam ampliar e fortalecer a proteção dos direitos de qualidade de vida para todos. Entre elas, destacam-se a regulamentação da profissão de doméstica, com o abono do PIS; a priorização do atendimento de sugestões de emendas de Comissão relacionadas à saúde mental; a destinação de emendas de bancada às comunidades quilombolas; a criação de um ciclo de debates entre a Cáritas, a Fundação Palmares e a CDH; o apoio ao projeto da *Cannabis* medicinal – não tem nada a ver a *Cannabis* medicinal com esse debate que está havendo agora no Supremo –, visando o atendimento pelo SUS; a solicitação ao Governo para aumentar o número de concursos públicos, como, por exemplo,



para o cargo de auditor fiscal do trabalho; e a criação de um grupo de trabalho para combater o trabalho escravo.

Também avançamos com uma bela audiência pública, que foi organizada junto à Presidência aqui do Senado, pela equipe também do Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco, a discussão a partir do caso Vinicius sobre o racismo no futebol, que aconteceu e vem acontecendo no mundo, mas pegando o caso dele. E aqui participou aqui, além dos Senadores que atuam muito nessa área do esporte, a Confederação Brasileira de Futebol.

Por fim, é importante mencionar que uma das leis estaduais sobre o uso indevido de agrotóxico aprovada no estado foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, fortalecendo assim a proteção ambiental e a saúde da população.

O primeiro semestre de 2023 foi marcado por uma intensa atuação da Comissão de Direitos Humanos, com praticamente três atividades por semana – e todos aqui sabem que, entre Plenário, são mais de uma dúzia de Comissões, que eu brigo na hora de deslocar –, na defesa da promoção da qualidade de vida de todos, para garantir, enfim, os direitos à cidadania, o direito a viver num país onde se tenha um olhar solidário e fraternal para todos tenham como eixo as políticas humanitárias. No segundo semestre, continuaremos empenhados nessa nobre missão, buscando sempre construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

O respeito aos direitos humanos tem relação direta com o bem-estar, com o bem-viver das pessoas, o desenvolvimento do nosso país e a própria democracia. Direitos humanos são os pilares que sustentam uma sociedade justa e igualitária, onde cada indivíduo é tratado com dignidade e com respeito, onde cada indivíduo é tratado numa linha da construção que todos tenham uma vida digna, emprego, salário, moradia, enfim, qualidade de vida. Eles são universais, inalienáveis, indivisíveis, devendo ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, religião ou qualquer outra característica. Garantir o acesso à educação, à saúde, à moradia digna e ao trabalho justo são algumas das formas de promover o desenvolvimento de uma sociedade que seja para todos.

Quando tratamos nossos cidadãos com igualdade e justiça, fortalecemos os laços da solidariedade e da coesão social, que são essenciais para a construção de uma nação próspera e harmoniosa. A dignidade humana é o núcleo central dos direitos, desses direitos que eu aqui tanto falei. Implica reconhecer o valor de cada um e garantir que todos tenham oportunidade de viver com segurança, liberdade e respeito.

A promoção da dignidade humana é um dever de todos nós, pois apenas quando reconhecemos a humanidade uns nos outros é que podemos verdadeiramente progredir como sociedade. Por certo, temos muitos desafios no caminho rumo a uma plena garantia dos direitos humanos.

A discriminação, o racismo, a desigualdade, a violência contra crianças, contra idosos, contra mulheres ainda persistem em nossa sociedade. É necessário um esforço conjunto de todas as instituições da sociedade civil para combater essas questões e promover uma cultura de paz, de respeito aos direitos humanos em todos os níveis.

Fizemos também, na Comissão, debates sobre a violência nas escolas, os crimes acontecidos contra as crianças.

Enfim, eu queria agradecer a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos. Todos deram a sua contribuição. Temos que continuar trabalhando assim para assegurar que cada pessoa seja tratada com dignidade e tenha seus direitos respeitados. Só assim construiremos, repito, um país verdadeiramente...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... próspero,



onde a justiça e a igualdade prevaleçam.

Buscamos, então, todos nós, políticas humanitárias como base sólida da nossa sociedade – vou terminar esses 48 segundos, Presidente, já agradeço a V. Exa. –, onde o bem-estar e o bem-viver de cada indivíduo sejam garantidos e onde a dignidade humana seja o pilar central de nosso desenvolvimento.

Presidente, permita só que eu diga e reafirme aqui o empenho que eu já assumi com todos os senhores: sobre a distribuição dos relatórios na Comissão, cada Senador que pedir vai levar. Eu não faço nenhuma distribuição ideológica ou partidária, então quem me pediu primeiro leva: “Olha, sicrano já pediu”. Como esta semana, a Senadora Damares me pediu um projeto e, de pronto, ali na mesa, eu digo: “Manda o projeto que ela pediu”. Então, eu quero reafirmar essa posição. É uma posição que eu tenho, porque assim entendo que é o mais correto, atendendo a todos os Senadores, a todos.

Quero reafirmar também, e eu falarei outro dia, que as minhas emendas individuais e de bancada eu mando para os 497 municípios do Rio Grande. Eu tenho um programinha de computador, eu mando o mesmo valor para todos. Claro, tem um ou outro município em que, devido à população maior, cabe uma emenda maior que naquele muito pequeno não cabe, mas eu procuro fazer uma distribuição para os 497.

E as emendas de bancada eu mando todas para o Governo do estado, que é uma emenda maior a que nós temos direito, todos nós e nossas bancadas, independentemente de quem seja o Governador, porque eu entendo que o Parlamento tem que ter essa visão republicana e pensar em todos, e não só em Pedro, Paulo, João, porque votou comigo, não votou comigo, não é o caso.

Tem gente que me diz às vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Hiran, este um minuto é mais que o suficiente.

... “Mas em tal cidade ali você fez só 500 votos, e na outra ali você fez mil votos, como é que você mandou o mesmo recurso?”. Sabe o que eu respondo? Emenda não é para ganhar votos, emenda você tem que distribuir para o povo do estado, não importa se é deste ou daquele município e quem seja o Prefeito. Estou falando aqui e os Prefeitos sabem: todos os 497 municípios fazem. Mesmo agora, quando eu mandei para os 50 municípios mais pobres do Rio Grande, e mandei para as 70 cidades que têm povo quilombola, pela situação que eles se encontravam, não prejudica em nada o rodízio, quero que os Prefeitos ouçam. Pode calcular isso. Você recebeu, vai receber as emendas normalmente, como sempre recebem todos os 497 municípios. Eu só peço que deem uma atenção especial para os mais vulneráveis, esse sempre é o apelo que eu faço.

Presidente Hiran, obrigado pela tolerância. V. Exa. deu uns cinco minutos a mais já.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hiran, eu não vou poder ficar agora porque eu vou ter, Girão, que, em seguida, participar de uma, eles dizem *live*, mas eu digo uma reunião virtual no gabinete.

Bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. (*Fora do microfone.*)

Presidente, parabéns pela sua condução na nossa Comissão de Direitos Humanos. Eu sou testemunha da maneira equilibrada, fidalga com que o senhor trata a todos e encara os desafios dos debates de todos os temas lá, com muito equilíbrio, com muita tolerância, com muita elegância. O senhor é um exemplo para nós todos aqui, viu? E fico muito, muito feliz de conviver com o senhor nesta Casa e tenho aprendido



muito com V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – (*Fora do microfone.*) ... V. Exa., nós estamos juntos tentando construir uma saída para aquele projeto da acupuntura, de que o Senador Girão já foi Relator também. Eu disse para ele, olha, vou trabalhar para a construção do entendimento. E tenho falado do nosso diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estamos lá sempre abertos para o debate e para que nós possamos estar sempre focados na segurança, no bem-estar e no acesso das pessoas à medicina e à saúde de qualidade neste país. Essa é a nossa função aqui, principalmente minha, como médico.

Um grande abraço, Presidente. Um excelente final de semana. Deus o acompanhe.

E agora, nosso querido Senador Girão vai fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem. Presidente, Dr. Hiran, eu queria já me dirigir primeiramente a V. Exa. e lhe agradecer de coração, pelo seu compromisso com esta Casa. Sou testemunha disso. Não é a primeira vez que o senhor, com muitas demandas que acontecem na Casa, prioriza a sua responsabilidade na Mesa, que é o lugar mais importante, que delibera e que tem o comando aqui do nosso Senado Federal.

Então eu quero lhe agradecer. Eu confesso que estou aqui há quatro anos e meio e não tinha visto ainda um Presidente que chegassem antes do horário particularmente. É normal atrasar, algum, mas o senhor tem chegado até antes do tempo, tem que esperar o horário para começar. Muito obrigado.

Eu queria me dirigir a você, brasileira, brasileiro, que nos acompanha pelo trabalho aí de TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado. E aí, eu faço não apenas uma saudação a todos os trabalhadores desse grupo de comunicação, desse sistema, mas a todos os assessores, funcionários desta Casa e aos Senadores, que eu comprehendo que muitos estão nos seus estados, nas suas bases nesta sexta-feira.

Eu não quero perder nenhuma oportunidade de falar aqui na tribuna. Quem tem acompanhado o dia a dia sabe que eu não perco oportunidade de falar, porque muitas vezes, o que sobra para a oposição é somente a oportunidade de denunciar, de desabafar, de entregar a verdade para o povo brasileiro do que está acontecendo na nossa nação, onde muitos brasileiros, mas muitos mesmo estão, cada vez mais, gostando de política, acompanhando a política, cobrando, de forma civilizada, como tem que ser, os seus representantes. Mas está angustiada. Está angustiada.

E eu gostaria de trazer aqui notícias boas, e nós teremos, tenho muita fé de que não há mal que não aconteça para que haja um bem maior. A minha fé e a dos milhões de brasileiros é que sustentam esta nação; muita gente orando pelo país, seja católico, espírita, evangélico, seja de religiões outras, é isso que nos dá força e esperança para estar aqui de pé, trabalhando, em meio a essa turbulência, a essa agressão que vive a nossa democracia por aqueles que dizem ser os defensores da democracia. Essa é a grande incoerência no momento.

Eu tenho que falar do que eu ouvi ontem, meu querido Presidente Dr. Hiran, lá, na Câmara dos Deputados, onde o senhor trabalhou durante muito tempo. Eu estive ontem na audiência pública, comandada pelo Deputado Federal Sanderson – um requerimento de autoria do Deputado Marcel Van Hattem. A audiência durou quase 12 horas, começou às 9h da manhã e terminou já perto das 9h da noite. Eu participei do que eu pude: comecei, na abertura, fiquei um pedaço; depois, tive que vir para cá, porque a gente teve a CPMI e depois voltei lá. Mas o que eu vi ali é algo de embrulhar o estômago, o que está acontecendo de injustiça, gente, com brasileiros inocentes que caíram numa arapuca, numa armadilha, que foram naquela história de maria vai com as outras, achando que iam para uma manifestação pacífica, e esse foi o espírito de mais de 95% ou 98% da turma que veio no dia 8 de janeiro... É isso que a gente precisa identificar, mas a CPMI não está deixando, os governistas que assaltaram e tomaram a CPMI



– um instrumento da oposição e da minoria – para blindar os poderosos... O Governo Lula colocou lá Parlamentares que nem sequer assinaram a CPMI e eles não estão deixando a gente investigar o que tem que ser investigado.

Ontem, por exemplo, nem o Comandante da Força Nacional, que estava lá no dia 8 – no dia 8 –, deixaram a gente chamar, deixaram a gente convocar. Por 19 votos a 10, os Parlamentares do Governo Lula – a mando do Governo, óbvio – foram lá e negaram esse direito de a gente ouvir uma peça-chave para a gente descobrir o que foi que aconteceu. Por que esse patrimônio público não foi protegido, Dr. Hiran? Eu fui candidato a Presidente do Senado, na última eleição, o senhor lembra? Eu vim, no dia 8 de dezembro, aqui para gravar um vídeo lá fora, na frente do Congresso. Eu, que estou Senador, não consegui entrar; aliás, depois de muita insistência rodando, vindo por um lado e por outro, eu consegui entrar. Por que foi tão fácil o que aconteceu no dia 8? É isso que a gente precisa entender. A Força de Segurança Nacional foi chamada, tem lá o ofício do Ministro Flávio Dino. Só que ninguém sabe onde é que ela estava.

Aí a mídia brasileira diz o seguinte... Olhem só, a mídia brasileira vai e fala que eles estavam, às 16 horas e vinte e poucos minutos, chegando à Esplanada dos Ministérios. Por que só chegaram às 16 horas e vinte e poucos minutos, quando já estava tudo invadido?! Onde eles estavam represados? Isso é lógico, é uma pergunta lógica que a gente tem que fazer ao comandante que estava de plantão. Não deixaram a gente fazer.

Sabem de outra coisa que não deixaram ontem? Isso precisa ficar registrado na história. E a gente vê quem quer investigação e quem não quer investigação. Não deixaram a gente trazer o servidor do Ministério da Justiça que recebeu 33 alertas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) dizendo que o objetivo era destruir o patrimônio público; dois dias antes, ele já sabia e recebia reiterados alertas. Por que os governistas votaram contra a gente trazer essa pessoa para ouvi-la? Eles só querem ouvir um lado, para confirmar a narrativa deles. Enquanto isso, tem gente inocente...

Essa verdade vai aparecer mais cedo ou mais tarde, mas o coração de quem busca justiça se sente vilipendiado em querer que essa justiça venha mais cedo. A verdade vai aparecer, aliás, já está aparecendo. Há imagens vazadas aí. Há o General do Lula, o G. Dias, recebendo os manifestantes lá, servindo água, com a sua equipe, como se estivesse em casa, na maior tranquilidade do mundo. Lembram? Foi isso que fez essa CPMI acontecer, porque o Governo Lula tinha tanto medo, não queria, que fez de tudo para que essa CPMI não acontecesse. Teve aí denúncias de Parlamentares dizendo que estavam recebendo oferta de cargos federais, a própria mídia divulgou, com dezenas de milhões em emendas parlamentares para retirar as assinaturas. Agora, quando aquelas imagens vieram à tona, aconteceu a CPMI. E aí eles tentam, agora, bloquear qualquer investigação, porque eles têm a maioria de uma CPMI que é instrumento da Minoría.

E não deixaram a gente chamar essas duas pessoas-chaves, mas as imagens estão vazando, inclusive aqui do Senado, Dr. Hiran. Eu fiz um pedido, por duas vezes, e vou reiterá-lo, novamente, apelando ao Presidente desta Casa, e ele mandou a resposta no dia 21 de junho – demorou muito, mas mandou a resposta – dizendo, mais ou menos, que isso é o papel da CPMI. Eu trabalho aqui, gente! Eu sou servidor desta Casa. Tem 81 Senadores que foram eleitos pelo povo brasileiro. Eu não tenho o direito de ver as imagens aqui do que aconteceu no dia 8?! Vão negar para mim e para os outros Senadores?! Vou pedir aos outros Senadores que assinem também, para que o Presidente se sensibilize e passe para a gente as imagens, porque estão vazando já essas imagens, mostrando gente orando aqui dentro, gente recolhendo copo aqui dentro, gente tentando proteger...

Parece que a arapuca... E é isso que a gente precisa descobrir na CPMI, o que está difícil, mas, com o vazamento de imagens, com a graça de Deus, nós vamos conseguir, porque a verdade vai aparecer. Tinha gente com tática de guerrilha, essa minoria que estava nesse grupo que veio para cá, para a Esplanada. A



maioria, repito, estava com espírito de manifestação, cantando louvor. Muitos não chegaram nem a entrar. Muitos não estavam nem aqui, chegaram depois e foram presos; estavam lá no quartel.

Eu fico impressionado com esse tipo de situação que está acontecendo aqui. E cadê essas pessoas que quebraram? As pessoas estão presas há sete meses, Presidente!

E eu lhe peço já desculpas, porque eu tinha me comprometido com o senhor a falar por dez minutos. Vou procurar correr aqui, porque é um assunto que me mexe muito: a injustiça.

E o que a gente está vendo é injustiça. Sete meses presos! Sete meses presos! Onde é que isso está na lei? Prisão preventiva! Não teve denúncia ainda dessas pessoas! É algo surreal!

Os depoimentos... Eu peço a você que está nos assistindo, que está nos ouvindo agora e aos colegas Senadores e Senadoras que assistam a esses depoimentos de ontem lá da Câmara dos Deputados. Vão ao YouTube e procurem pela audiência pública com os advogados dos presos – para mim, são presos políticos!

Alguém se beneficiou com essa narrativa politicamente, e a gente sabe quem.

Essas pessoas estão presas há sete meses! Não se vai reparar nunca esse tempo longe de filhos pequenos! Há os casos lá de adolescentes, de avós, de pais, mostrando que essas pessoas estavam lá fora e que outras que entraram aqui estavam orando. Os guardas legislativos, os nossos policiais legislativos têm imagens já vazadas, conversando na boa, sentados. As pessoas têm o roteiro todo. Vamos esconder isso até quando dos brasileiros?! A verdade a gente precisa mostrar! Chega de segredismo na República! Das imagens desta Casa a gente precisa!

Ontem, o Ministro Flávio Dino negou um pedido da CPMI. Sabem para quê? Para entregar as imagens – vocês estão acompanhando isso – do Ministério da Justiça. Será que é porque era lá que estava a Força Nacional de Segurança, como dizem? No estacionamento, parados, de braços cruzados enquanto depredavam aqui? E, se eles estivessem lá, teriam segurado, e não teria acontecido nada? Será que é por isso? E aí? O Ministro recusa mandar as imagens, pedido aprovado pela CPMI! Olhem o respeito que essa turma do Governo Lula tem a este Congresso Nacional! Ninguém está vendo isso? Como desrespeitam a gente, não consideram a gente! Essa é a turma da democracia? Sabem o que ele fez? Mandou para o Ministro Alexandre de Moraes um pedido para saber se pode entregar as imagens para a CPMI. Olhem que subjugação, que subserviência!

Aí desmoraliza-se completamente a CPMI! Se não entregarem essas imagens, acabou – acabou! –, porque estão chamando gente lá que não tem nada a ver com dia 8! É só isso que estão fazendo! Narrativa! Será que ninguém comprehende isso?!

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pela oportunidade e dizer que ontem foi um dia muito difícil nessas 12 horas. Você ouvir aquilo tudo: advogados sem acesso aos autos, a situação com que essas pessoas são tratadas, a dificuldade que se tem, os casos, os relatos... Cadê a humanidade? E os direitos humanos? Foi chamada uma série de pessoas representando aqui, no Congresso, em cargos, os direitos humanos, representantes da OAB, uma série de situações, e a gente não vê essa turma aparecendo numa hora dessa! É constrangedor.

Para quem gosta de buscar, que sente a justiça, o que está acontecendo, eu peço que vá atrás do que eu estou dizendo para ver se eu estou exagerando – vá atrás!

Eu já fico até envergonhado com o senhor, porque eu já ultrapassei... Mas eu vou terminar em um minuto.

Assistam à audiência que nós fizemos no Senado Federal antes do recesso, no dia 13 de julho, na Comissão de Segurança Pública. Nós conseguimos realizar uma audiência pública, nós conseguimos realizar uma audiência pública para ouvir os familiares, a associação de familiares, os advogados daqueles que estão com seus direitos humanos, direitos legítimos também, direitos judiciais desrespeitados, negados nesses



processos. Isso é justiça? Um inquérito de pessoas que nem sequer deveriam estar lá no Supremo Tribunal Federal, porque não têm foro privilegiado... E a PGR? Qual é o papel que a PGR está fazendo nisso tudo, ela que é dona da ação? E aí? Então, eu peço que você assista – está lá no YouTube – a essa audiência pública, que também durou muito tempo, foram quase dez horas de audiência. E já teve a da Câmara ontem – a segunda –, e nós vamos pedir outras aqui no Senado. Não vou parar – e tem muitos colegas que estão comigo –, não vamos parar até que a verdade venha à tona e a justiça se estabeleça no Brasil.

Deus abençoe esta nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu quero, antes de encerrar esta sessão não deliberativa, fazer uma saudação a todos os que nos visitam. Sejam bem-vindos, em nome aqui do nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Hoje, eu presido, sou o Senador Hiran Gonçalves, sou médico, sou do Estado de Roraima. E, aqui, ao meu lado, está o nosso Senador Eduardo Girão, que não abre mão de, todas as sextas e segundas-feiras, aqui participar de sessões não deliberativas para fazer longos discursos de esclarecimento da situação política do nosso país, à sua visão, que nós respeitamos muito. E também quero desejar a todos vocês, em nome desta Casa, um excelente final de semana e agradecer pela sua visita. Que nos assistam sempre para formar as opiniões sobre o nosso trabalho legislativo. Que Deus os abençoe e que voltem em paz e com segurança para as suas casas. Um grande abraço.

A Presidência informa às Sras. e aos Srs. Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para segunda-feira, no dia 7 de agosto: sessão especial às 10h, destinada a comemorar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (Abrajet); e sessão não deliberativa às 14h.

Cumprida a finalidade desta sessão, esta Presidência declara o seu encerramento.

Um grande abraço a todos.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 44 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matéria



Requerimento nº 689, de 2023, do Senador Mecias de Jesus, de informações ao Ministro das Comunicações, Juscelino Filho.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



Indicações





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 69, DE 2023

Sugere ao Ministro das Comunicações, a priorização da conexão entre as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, Caracaraí, no Estado de Roraima, e Boa Vista, no Estado de Roraima, por meio de fibra óptica, no âmbito do Programa Norte Conectado.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 69/2023 [1 de 3]





**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**

SF/23379.98200-77

INDICAÇÃO Nº , DE 2023

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério das Comunicações, a priorização da conexão entre as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, Caracaraí, no Estado de Roraima, e Boa Vista, no Estado de Roraima, por meio de fibra óptica, no âmbito do Programa Norte Conectado.

Nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sugiro ao Senhor Presidente da República, por intermédio do Senhor Ministro das Comunicações, que seja priorizada a conexão entre as cidades de Manaus, Estado do Amazonas, Caracaraí, Estado de Roraima, e Boa Vista, Estado de Roraima, por meio de fibra óptica, no âmbito do Programa Norte Conectado.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Roraima vem sofrendo com sistemáticas interrupções nas conexões à internet. Essas falhas, que muitas vezes se prolongam por diversas horas, têm provocado severos prejuízos à economia do Estado e às atividades diárias da população.

Embora a situação já tenha ganhado manchetes nacionais por algumas vezes, e ainda que órgãos de fiscalização como o Ministério Público Federal e a Agência Nacional de Telecomunicações tenham atuado para tentar solucionar a questão, melhorias efetivas somente serão alcançadas com a construção de novas



Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2984160312>

Avulso do INS 69/2023 [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/23379.98200-77

estruturas de comunicação, especialmente novas conexões por meio de fibras ópticas, para conferir ao sistema a necessária confiabilidade.

Dessa forma, e considerando que o Programa Norte Conectado contempla a conexão entre as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, Caracaraí, no Estado de Roraima, e Boa Vista, no Estado de Roraima, por meio de fibra óptica, sugere-se que a instalação da referida ligação seja priorizada.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2984160312>

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do INS 69/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 70, DE 2023

Sugere ao Poder Executivo federal, por intermédio do Secretário da Receita Federal do Brasil, que altere a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, para incluir os vinhos estrangeiros no rol das mercadorias apreendidas sujeitas a destruição ou inutilização.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 70/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

INDICAÇÃO N° , DE 2023

Sugere ao Poder Executivo federal, por intermédio do Secretário da Receita Federal do Brasil, que altere a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, para incluir os vinhos estrangeiros no rol das mercadorias apreendidas sujeitas a destruição ou inutilização.

Sugerimos ao Poder Executivo federal, por intermédio do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a inclusão dos vinhos estrangeiros no rol das mercadorias apreendidas sujeitas a destruição ou inutilização, no âmbito do art. 14, inciso III, da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a inclusão desse dispositivo pelo fato de não existirem elementos, em regra, que comprovem a origem de vinhos estrangeiros objeto de apreensão, ora se enquadrando como fruto de contrabando ora falsificação. Não deixa de ser um problema sanitário, pois, se arrematado em leilão um produto falsificado e, posteriormente, consumido, o qual não se conhece a procedência, coloca-se em risco a saúde da população, contrariando a Constituição Federal, bem como, o disposto no Código de Defesa do Consumidor.

Tomo a liberdade de encaminhar, abaixo, minuta da portaria.



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2338816995>

1
Avulso do INS 70/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

SF/23976.12034-94

MINUTA DE PORTARIA RFB N. , DE DE DE 2023

Acrescenta alínea *h* no inciso III do art. 14 da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, para incluir os vinhos estrangeiros no rol das mercadorias apreendidas sujeitas à destruição ou inutilização.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O inciso III do art. 14 da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 14.
.....
III -
.....
h) vinhos estrangeiros nas formas previstas nesta Portaria.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2338816995>

2
Avulso do INS 70/2023 [3 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 2023

Senador LUIS CARLOS HEINZE
Progressistas / RS

CSC



Assinado eletronicamente por Sen. Luis Carlos Heinze

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2338816995>

3
Avulso do INS 70/2023 [4 de 4]



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2023

(nº 389/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 54/2023 [1 de 28]



MENSAGEM Nº 389

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

Avulso da MSF 54/2023 [2 de 28]



EM nº 00207/2023 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

Avulso da MSF 54/2023 [3 de 28]



03/08/2023, 19:04

SUPER/PR - 4465129 - OFÍCIO

00001.007003/2023-69



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 506/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/08/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4465129** e o código CRC **8683333C** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007003/2023-69

SUPER nº 4465129

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

https://super.presidencia.gov.br/controlador.pnp?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=496289&nro... 1/2



03/08/2023, 19:04

SUPER/PR - 4465129 - OFÍCIO

https://super.presidencia.gov.br/controlador.pnp?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_Avulso_da_MSF_54/2023_5_de_28_/_2



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA**CPF: [informações pessoais](#)ID.: [informações pessoais](#)

1963 Filho de [informações pessoais](#), nasce em 28 de dezembro,
no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos:

- 1981 Ensino fundamental e médio no Colégio Santo Inácio, RJ
- 1985 Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA/UFRJ
- 1987 Pós-Graduação em Economia Industrial pelo IEI/UFRJ
- 1988 Curso de Formação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco - IRBr
- 1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco - IRBr
- 2010 LV Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco – IRBr - "Minha Pátria é a Língua Portuguesa: o Brasil e a política de promoção do idioma"

Cargos:

- 1989 Terceiro-Secretário
- 1995 Segundo-Secretário
- 2001 Primeiro-Secretário, por merecimento
- 2006 Conselheiro, por merecimento
- 2010 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
- 2018 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1990 Embaixada do Brasil em Caracas, estágio diplomático
- 1990-92 Divisão de Serviços Gerais, subchefe
- 1992-94 Departamento de Administração, assessor
- 1994-97 Embaixada do Brasil em Washington, terceiro e segundo-secretário
- 1997-00 Embaixada do Brasil no México, segundo-secretário
- 2000-01 Ministério de Minas e Energia, assessor especial do Ministro
- 2001-01 Secretaria de Planejamento Diplomático
- 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
- 2003-05 Embaixada do Brasil em Lisboa, primeiro-secretário
- 2005-08 Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, chefe
- 2008-12 Ministério da Cultura, diretor de Relações Internacionais
- 2012-17 Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, ministro-conselheiro
- 2017-18 Câmara dos Deputados, assessor
- 2018 Ministro de Minas e Energia, chefe de assessoria

Avulso da MSF 54/2023 [6 de 28]



2019-21 Câmara dos Deputados, assistente
 2021 Senado Federal, assistente
 2021- Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral

Obras publicadas:

2001 "Podecrer!", romance, Editora Francisco Alves (1a edição) e Editora Novo Século (2a. edição)
 2007 "Podecrer!", roteiro para o longa-metragem, Conspiração Filmes.
 2006-07 Contribuições diversas para o site no.mínimo
 2006-08 Contribuições diversas para a revista Piauí
 2007-08 Artigos de opinião para a seção Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo
 2014-15 Críticas literárias diversas para o jornal Folha de São Paulo
 2018 Artigos de opinião no jornal Correio Braziliense
 2018-19 Artigos de opinião na revista Época
 2019 Críticas literárias diversas para o jornal Folha de São Paulo
 2019 Artigos de crítica literária no Estado de São Paulo

Condecorações:

1989 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva
 1998 Medalha Mérito Tamandaré
 2002 Ordem do Rio Branco, Oficial
 2010 Ordem do Rio Branco, Comendador
 2020 Medalha Mérito Santos Dumont
 2022 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

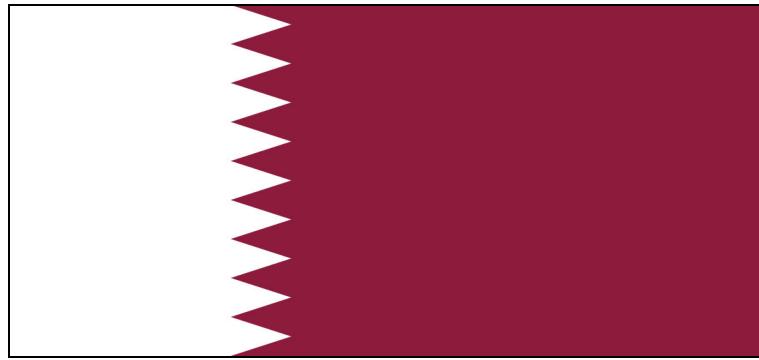
FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal

Avulso da MSF 54/2023 [7 de 28]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de Oriente Médio
Divisão dos Países do Golfo

CATAR



OSTENSIVO

Julho de 2023

Avulso da MSF 54/2023 [8 de 28]



SUMÁRIO

DADOS BÁSICOS.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
<i>Emir do Estado do Catar Sua Alteza Xeique Tamim Bin Hamad Al Thani.....</i>	<i>3</i>
<i>Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sua Excelênci</i>	<i>Xeique Mohammed Bin</i>
<i>Adbulrahman Al Thani</i>	<i>4</i>
<i>Presidente (“Speaker”) do Conselho Consultivo, Sua Excelênci</i>	<i>Hassan bin Abdulla Al-Ghanim,</i>
<i>4</i>	
RELAÇÕES BILATERAIS.....	4
RELAÇÕES BILATERAIS ECONÔMICAS	5
POLÍTICA INTERNA	9
POLÍTICA EXTERNA	11
ECONOMIA	13
CRONOLOGIA HISTÓRICA	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	17
ACORDOS BILATERAIS	19



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Estado do Catar
CAPITAL:	Doha
ÁREA:	11.586 km ²
POPULAÇÃO:	2,93 milhões de habitantes, dos quais cerca de 88% são estrangeiros.
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe



PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (68%, religião oficial), cristianismo (14%), hinduísmo (14%), budismo (3%), outros (1%).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Ash-Shura (Conselho Consultivo): parlamento unicameral, consultivo, composto por 45 membros
CHEFE DE ESTADO:	Emir Tamim bin Hamad Al Thani
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro xeique Khalid bin Khalifa bin Abdulaziz Al Thani
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Mohammed bin Abdulrahman Al Thani
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI/2021):	US\$ 179,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2021):	US\$ 274,2 bilhões
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 68.621
PIB PER CAPITA PPP (2021):	US\$ 95.340
VARIAÇÃO DO PIB	4,2% (2022 est.); 1,5% (2021); -3,66% (2020); 0,8% (2019); 1,2% (2018); -1,5% (2017); 3,1% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021/UNDP):	0,855 (42ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	79,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2021):	93,46%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	0,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar Catariano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM DOHA:	MPC Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa (pendente de aprovação pelo Senado)
EMBAIXADOR DO CATAR EM BRASÍLIA:	O Brasil concedeu agrément ao senhor Ahmad Mohammed A. M. Alshebani
BRASILEIROS NO PAÍS:	1800 (est.)

Brasil → Catar (em milhões de US\$)	2005	2011	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (1.º Sem)
Intercâmbio	119	575	1.316	886	540,8	822,9	774,7	1.073,6	1.619,8	466,9
Exportações	116	337	356	420,3	267,9	484,6	271,4	284,3	411,2	129
Importações	3	238	960	445,9	272,9	338,3	503,3	789,3	1.208,6	337,9
Saldo	113	99	-247	-604	-26	-5	146,3	-231,9	-797,4	-208,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emir do Estado do Catar
Sua Alteza Xeique Tamim Bin Hamad Al Thani





Nascido em 3 de junho de 1980, é o segundo filho do antigo emir, Hamad bin Khalifa Al Thani com a Xeica Moza bin Nasser Al Missned, ambos figuras centrais no recente processo de modernização do Catar. Concluiu o ensino médio no Reino Unido e, em 1998, graduou-se pela Academia Militar de Sandhurst, no mesmo país. Ingressou, em seguida, nas forças armadas catarianas. Tornou-se Príncipe-Herdeiro em 2003, passando a assumir posições mais importantes no governo do Catar e desempenhando funções relacionadas à política externa catariana. Ascendeu ao trono em 2013, quando o Emir Hamad abdicou em seu favor.

**Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Sua Excelência Xeique Mohammed Bin Abdulrahman Al Thani**



Nascido em 1980. Graduou-se em 2003 em Economia e Administração pela Qatar University. Desempenhou funções no Conselho Supremo para Assuntos de Família e no Ministério do Comércio antes de tornar-se, em 2010, secretário pessoal do Emir para “assuntos de follow-up”. Em 2014, foi designado ministro-assistente para assuntos de cooperação internacional no ministério dos Negócios Estrangeiros. Em janeiro de 2016, foi escolhido pelo Emir Tamim para liderar a pasta e, em novembro de 2017, foi designado cumulativamente vice-primeiro-ministro. Foi designado primeiro-ministro em reforma ministerial realizada em março de 2023.

Além dos cargos ocupados no governo catariano, Mohammed bin Abdulrahman ocupou assentos em conselhos de empresas e fundos catarianos, como a *Qatar Mining*, a *Katara Hospitality* (rede hoteleira) e o *Qatar Fund for Development*.

**Presidente (“Speaker”) do Conselho Consultivo,
Sua Excelência Hassan bin Abdulla Al-Ghanim,**



É bacharel em Ciência Política pela Universidade de Portland, nos EUA. Também recebeu doutorado honorário da mesma universidade em 2014. Foi eleito, em outubro de 2021, por seus pares, para a presidência do Conselho Consultivo, parlamento unicameral catariano, também conhecido por Conselho da Shura ou apenas Shura (do árabe “consultação”). Antes de integrar a Shura, foi Ministro da Justiça, de 1999 a 2013, e Subsecretário do Ministério da Eletricidade e Águas, de 1996 a 1999. Antes disso, foi o principal assessor do então príncipe-herdeiro (1990-1995), o ex-Emir Hamad bin Khalifa, pai do atual soberano do Catar. Na década de 1980, serviu, como diplomata, na embaixada em Washington e no consulado em Jedá.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar foram estabelecidas em 1974, três anos após a independência do Catar. O Brasil fazia-se representar perante o Catar por seu embaixador em Jedá (a partir de 1974) e em Abu Dhabi (a partir de 1983), e o Catar, em relação ao Brasil, por seu representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York. O Catar abriu embaixada residente em Brasília em 1997, mas a fechou dois anos depois, alegando falta de reciprocidade do



Brasil. Em abril de 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Doha, e a embaixada catariana residente foi reaberta em junho de 2007. Em 2013, foi criado, no Brasil, o grupo parlamentar de amizade Brasil-Catar.

As relações políticas bilaterais são positivas e vêm-se intensificando, como comprovam as recentes visitas presidenciais ao Catar em outubro de 2019 e em novembro de 2021, assim como a maior frequência na realização de Reuniões de Consultas Políticas, conforme o cronograma abaixo:

- I Reunião: novembro de 2011 (Brasília);
- II Reunião: abril de 2019 (Doha);
- III Reunião: agosto de 2021 (remota);
- IV Reunião: agosto de 2022 (Doha).

Para a III Reunião de Consultas Políticas (2021), foi acordada agenda de amplo alcance, favorecida por sua realização por meio de videoconferência, que facilitou a participação de demais órgãos governamentais de ambos os lados. Em 2022, a IV Reunião de Consultas Políticas voltou a ser realizada presencialmente.

Registraram-se recentes trocas de apoio no contexto multilateral, não só quanto a candidaturas, mas também sobre temas substantivos de relevância para ambos os países.

Verifica-se forte potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. O Catar dedica grande atenção ao tema como parte de sua estratégia de diversificação econômica. A *Qatar Foundation Research, Development and Innovation* atua como uma das principais promotoras do desenvolvimento de um ecossistema de pesquisa e inovação. São áreas prioritárias para investimentos da fundação as de energia e meio ambiente; ciências da computação e tecnologias da informação e comunicação; saúde e ciências da vida; e ciências sociais, artes e humanidades.

Também há possibilidade de cooperação educacional bilateral. A *Qatar Foundation* é o principal órgão de promoção da educação e da inovação no país, e administra a *Education City* – campus que abriga laboratórios, incubadoras de empresas e diversas universidades (inclusive filiais de instituições ocidentais como Georgetown University, Texas A&M, Paris HEC e outras).

A comunidade brasileira residente no Catar, estimada em 1.800 cidadãos, é composta, sobretudo, por profissionais do futebol (jogadores, preparadores físicos, técnicos) e da aviação civil (empregados na Qatar Airways), assim como por suas famílias. Há, ainda, cidadãos brasileiros que atuam na exploração de petróleo e gás. O Brasil e o Catar possuem acordos de isenção mútua de vistos tanto em passaportes diplomáticos e especiais, quanto em passaportes comuns.

RELAÇÕES BILATERAIS ECONÔMICAS

O Catar oferece expressivas oportunidades nas áreas comercial e financeira. Embora seja mercado de dimensões modestas (3 milhões de habitantes), apresenta renda *per capita* de cerca de US\$ 65.000, que o posiciona entre as dez mais elevadas do mundo e a mais elevada do Golfo Pérsico. Trata-se, pois, de importante mercado consumidor, com razoável potencial para a



exportação de bens e serviços brasileiros. O Catar também está entre os três maiores exportadores de gás natural do mundo, o que lhe garante enormes superávits de transações correntes no balanço de pagamentos e, consequentemente, poupança externa que se traduz em vultosos fluxos de investimentos e aplicações no exterior.

Desde 2000, intensificou-se sensivelmente o intercâmbio comercial bilateral, que passou de US\$ 27 milhões ao ápice de mais de US\$ 1,6 bilhão em 2022, superando o recorde anterior de 1,3 bilhão alcançado em 2015. Contudo, segundo dados do portal "Comex Stat", a corrente de comércio entre o Brasil e o Catar no primeiro semestre de 2023 foi de US\$ 466,9 milhões, queda de 44,1% em relação ao mesmo período de 2022. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 128,9 milhões, redução de 39,3% frente a janeiro-junho do ano passado. Já as importações oriundas do Catar totalizaram US\$ 337,9 milhões, queda de 45,8%. A balança comercial bilateral apresentou resultado líquido de US\$ 209,0 milhões em favor do Catar, contra US\$ 410,9 milhões no primeiro semestre de 2022.

Foi o menor resultado para as exportações brasileiras ao Catar desde 2018, ano em que registraram US\$ 92,1 milhões. Essa queda, entretanto, reflete em grande medida a diminuição, no período, das importações globais catarianas de proteína animal e não refletiria perda de espaço do produto brasileiro no mercado catariano de proteína animal para concorrentes internacionais. Já as importações brasileiras de produtos catarianos repetiram valores mais próximos da média dos primeiros semestres dos últimos anos, com a exceção do ano passado, quando atingiu cifra bastante acima da tendência histórica.

A proteína animal continua a concentrar a maior parte das vendas brasileiras ao Catar. A carne de frango, em particular, com exportações de US\$ 73,7 milhões entre janeiro e junho de 2023, representou 57,2% do total exportado pelo Brasil ao país. É a primeira vez, na série histórica de primeiros semestres de ano, que as vendas de frango respondem por mais da metade das exportações brasileiras ao Catar. Note-se, por outro lado, que as exportações de frango, em termos absolutos, sofreram queda de 21,4% em relação a igual período do ano passado, quando foram de US\$ 93,8 milhões. A queda, contudo, acompanhou a redução geral das compras catarianas do produto. Entre janeiro e abril de 2023 (último dado disponível nas estatísticas oficiais catarianas), o Catar importou, no total, US\$ 51,1 milhões em carne de frango, redução de quase 40% frente a igual período de 2022. Portanto, no que se refere à carne de frango, o Brasil não perdeu espaço no mercado doméstico do Catar.

As exportações de carne bovina foram de US\$ 7 milhões no primeiro semestre de 2023 (US\$ 3,6 milhões de carne fresca ou refrigerada; e US\$ 3,4 de carne congelada), cerca de 5,5% do total exportado pelo Brasil ao Catar. Trata-se de queda de 61% frente aos US\$ 17 milhões exportados na primeira metade de 2022, e o valor mais baixo para um primeiro semestre desde 2018. De forma semelhante à carne de frango, a carne bovina também experimentou redução no total das importações catarianas (US\$ 39,2 milhões em janeiro-abril de 2023 contra US\$ 54,3 milhões em janeiro-abril de 2022).

No caso do Brasil, contudo, a redução das vendas de carne bovina merece explicação adicional. O episódio atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), popularmente conhecido como "vaca louca", registrado no estado do Pará no início do ano, ensejou, por motivos sanitários, a suspensão das importações catarianas de carne brasileira de meados de março a fim de maio, período em que as vendas caíram a zero. Em junho, contudo, os embarques



progressivamente retornaram, com vendas registradas ao Catar de US\$ 1,8 milhões (US\$ 3,5 milhões em junho de 2022). Espera-se que as estatísticas do segundo semestre deste ano indiquem o retorno da tendência recente de expansão das vendas de carne brasileira ao Catar.

As vendas brasileiras de minério de ferro ao Catar, entre janeiro e junho deste ano, foram de US\$ 24,9 milhões no acumulado de janeiro a junho de 2023. São valores bem abaixo dos US\$ 70,3 milhões registrados em igual período do ano passado. Note-se, contudo, o caráter errático das exportações de minério de ferro ao Catar: nos primeiros semestres de 2020 e de 2021, por exemplo, foram nulas.

Continuam a ser importantes as exportações brasileiras ao Catar de "Outros tubos de aços, não revestidos, sem costura", com US\$ 4,9 milhões, e de madeira serrada ou endireitada, com US\$ 1,9 milhão. Novidade no primeiro semestre de 2023 foram as exportações brasileiras de óleo de milho, que eram ausentes da série histórica. No primeiro semestre deste ano, as vendas de óleo de milho ao Catar foram de US\$ 4,2 milhões, posicionando-se entre os cinco produtos brasileiros mais vendidos ao Catar.

Do lado das importações brasileiras oriundas do Catar, os adubos/fertilizantes azotados, embora ainda maior item da pauta (57,6% do total importado), obtiveram o valor mais baixo, para um primeiro semestre, desde 2019: US\$ 194,9 milhões. Haja vista, contudo, que as importações brasileiras provenientes dos demais países também apresentaram forte redução no período, o Catar logrou, paradoxalmente, ultrapassar as vendas da Nigéria e de Omã, alcançando a terceira posição, atrás apenas da China e da Rússia, na lista de países fornecedores de fertilizantes nitrogenados ao Brasil.

As importações brasileiras de produtos derivados do petróleo (posição SH4 2710) dispararam no primeiro semestre deste ano, atingindo a marca de US\$ 98,7 milhões, valor mais alto da série histórica e o triplo dos US\$ 32,6 milhões de igual período de 2022. Mais especificamente, o Brasil importou US\$ 52,4 milhões de querosene; US\$ 27,4 milhões de óleo diesel; e US\$ 18,5 milhões de óleos lubrificantes.

Também foram significativas as compras brasileiras de enxofre e de hidróxido de sódio (soda cáustica) catarianos, com, respectivamente, US\$ 26,3 milhões e US\$ 12,3 milhões. No caso de enxofre, trata-se do valor mais alto dos últimos dez anos, garantindo ao Catar a quinta posição no mercado brasileiro, atrás dos EUA, do Cazaquistão, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos. Com relação à soda cáustica, as compras provenientes do Catar não ameaçaram a supremacia das vendas norte-americanas ao mercado brasileiro.

Vale notar que as compras de gás do petróleo catariano, que foram de US\$ 160,1 milhões no primeiro semestre do ano passado, caíram a zero no acumulado até junho deste ano, confirmado seu caráter errático, uma vez que, nos últimos cinco anos, só foram registradas em 2022.

Como pode ser notado, o comércio bilateral é concentrado em poucos produtos de ambos os lados. Em janeiro-junho de 2023, cinco produtos (carne de frango, carne bovina, minério de ferro, tubos e perfis de aço, e óleo de milho) foram responsáveis por quase 90% das exportações brasileiras, com amplo destaque às carnes de aves e miudezas (57% do total exportado), confirmando as tradicionais vendas da indústria de aves brasileira aos países do Golfo.



Em razão de dificuldades climáticas, da escassez de água e da qualidade do solo, o Catar importa grande parte dos produtos agrícolas consumidos no país. A segurança alimentar é, pois, preocupação constante. O Catar busca, há alguns anos, substituir importações de alimentos por produção local. A estratégia, altamente prioritária para o governo local, tem sido bem-sucedida de forma geral, sobretudo em lácteos e ovinos. Técnicas de irrigação são fundamentais para possibilitar cultivos e rebanhos no clima árido do país.

Investimentos bilaterais apresentam grande potencial de expansão. O fundo soberano *Qatar Investment Authority* (QIA) possui cerca de US\$ 450 bilhões em ativos e expressivos investimentos no exterior, investindo nos setores financeiro, imobiliário, tecnológico, industrial e bancário. Segundo o “Sovereign Wealth Fund Institute”, trata-se de um dos maiores fundos soberanos do mundo. Seu braço executivo – a *Qatar Holding* (QH) – atua no exterior mediante parcerias estratégicas, dando preferência ao modelo *joint venture* com participações minoritárias, valendo-se de assento nos conselhos diretores, porém deixando os parceiros locais atuarem como operadores (o fundo tem tradicionalmente preferência pela aquisição de ativos superiores a US\$ 100 milhões).

Como frequentemente relatado por autoridades locais, os catarianos possuem carteira de investimentos diversificada no Brasil e monitoram com atenção oportunidades de negócios em nosso país. Estima-se que o Catar tenha estoque de investimento de cerca de US\$ 7 bilhões no Brasil, em áreas como transporte aéreo (Latam), bancos, agricultura, petróleo e gás, editorial e de educação (Somos Educação – antigo grupo Abril; Grupos Anglo e Sigma; editoras Saraiva, Ática e Scipione). O estoque de investimentos catarianos é próximo ou superior ao montante estimado para outros parceiros importantes do Golfo, como a Arábia Saudita (US\$ 4 bilhões) e os Emirados Árabes Unidos (US\$ 10 bilhões).

Os fundos catarianos concentram-se em três setores: (i) imobiliário, no qual se destaca a aquisição, em 2012, do World Trade Center, em São Paulo, pela parceria entre o catariano Barwa Bank e a norte-americana Hines International Real Estate Holdings; (ii) financeiro, com a participação da Qatar Holding (QH) em ações do Banco Santander do Brasil; e (iii) de energia.

Como parte de seu projeto de expansão internacional, a *Qatar Energies*, atuando pela sua subsidiária *Qatar Petroleum International Brasil*, mantém intensa atividade nos leilões de partilha de produção e de blocos exploratórios promovidos pela ANP. A empresa catariana venceu diversos leilões da ANP desde 2014, em total estimado investido que excede US\$ 3 bilhões.

Em 2021, noticiou-se formação de "joint venture" entre a empresa catariana Nebras Power Investment Management e a brasileira Companhia Energética Integrada (CEI) para operar no mercado brasileiro de energias renováveis. Tal *joint venture* seria responsável pela operação de 18 usinas hidrelétricas no Brasil, com potência instalada de 72 MW, além de portfólio de cerca de 13 GW em projetos fotovoltaicos de longo prazo. A maioria das usinas deverá estar localizada em MG; estados no Centro-Oeste e no Nordeste também receberão projetos.

A Nebras Power Investment Management é subsidiária da Nebras Power (NP), empresa sediada em Doha, e seu objetivo é desenvolver e gerenciar portfólio de investimentos estratégicos no setor de energia, com ênfase em investimentos de longo prazo. A própria Nebras Power, por sua vez, é *joint venture* de duas entidades ligadas ao governo do Catar, a empresa "Qatar



Electricity and Water Company", que possui 60% da NP, e a "Qatar Investment Authority", com 40% da NP.

Há espaço para maiores investimentos no setor de aviação civil, em particular após a entrada em vigor do Acordo bilateral sobre serviços aéreos, assinado durante a primeira visita presidencial a Doha, em 28/10/2019, que se encontra ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Desde 2010, a Qatar Airways opera voos diários na rota Doha-São Paulo-Buenos Aires. Em 2021, a empresa começou a operar dois voos diários nessa rota. A Qatar chegou a anunciar a abertura de rota direta Doha-Rio de Janeiro em 2016, mas, diante das dificuldades causadas pela crise diplomática no Golfo envolvendo o Catar, a iniciativa foi adiada. A ideia de abrir a rota em questão foi retomada durante a visita presidencial ao Catar em 2021. Note-se que, em 2016, a Qatar Airways adquiriu, por cerca de US\$ 600 milhões, fatia de 10% da LATAM Linhas Aéreas.

O Catar é tradicional importador de produtos de defesa do Brasil, sendo hoje o segundo maior cliente no Golfo após a Arábia Saudita. Além de constante renovação do arsenal, os vastos recursos estatais permitem compra dos mais modernos equipamentos disponíveis no mercado.

Segundo dados do Stockholm International Peace Research Institute, o Catar teria gasto mais de US\$ 15 bilhões no setor de defesa em 2022, equivalente a 7% do PIB, colocando-o como 20º país em gastos no setor. Entre 2017 e 2021, foi o 6º maior importador de armamentos do mundo, com incremento de 227% em relação ao quinquênio anterior. As armas adquiridas pelo país são provenientes dos EUA (47% das importações), da França (38%) e da Alemanha (7,5%). Desde 2017, a Turquia também passou a destacar-se no mercado catariano, que é menos concentrado nos EUA que o de seus vizinhos – enquanto o Catar adquire 47% de seus armamentos dos EUA, os EAU o fazem na proporção de 61% e a Arábia Saudita de 82%.

Durante a visita presidencial de 2019 foi assinado Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Catar sobre “Parceria Estratégica Relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa”.

O Catar tem enviado representantes à Feira de Defesa e Segurança da América Latina (LAAD), no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, tem sido representado na Exposição Internacional de Segurança Interna (Milipol), patrocinada pelo ministério do Interior do Catar, e na DIMDEX, organizada bienalmente pela Marinha Emiri do Catar.

POLÍTICA INTERNA

O território do Catar é constituído por uma península na margem sul do Golfo de 11.568km², cuja única fronteira terrestre é com a Arábia Saudita. Há registro de habitação humana na região datando de 50.000 anos atrás, mas, em razão do clima desértico, da dificuldade de acesso à água potável e do relativo afastamento das rotas comerciais terrestres da região, assentamentos permanentes na península foram diminutos até o século XX. Até a década de 1930, a extração de pérolas era a principal atividade econômica na região.

Por volta de 630, a península foi incorporada ao recém-criado Califado Islâmico. Com a gradual desintegração do Califado, no século XIII, a região passa a ser controlada por tribos locais baseadas no arquipélago que hoje forma o Bahrein, vizinho à península catariana. Ao longo da

9

Avulso da MSF 54/2023 [17 de 28]



segunda metade do século XIX, no entanto, a família Al Thani assume a liderança local e promove a gradual emergência do Catar como entidade política distinta.

Em 1868, foi assinado acordo entre o enviado britânico e Mohammed bin Thani que reconheceu o Catar como entidade autônoma pela primeira vez. Em 1871, no entanto, o Império Otomano renovou sua presença no Golfo, e o Catar aceitou suserania otomana. No contexto da I Guerra Mundial, pressionado pelo antagonismo entre o Império Otomano e o Reino Unido, o Catar assinou, em 1916, tratado de protetorado com o Reino Unido.

Com a crise de 1929 e o início da comercialização de pérolas cultivadas artificialmente na década de 30, a economia local, baseada na extração de pérolas, entrou em colapso. Em 1939, no entanto, é descoberto petróleo no subsolo catariano, e, em 1949, começam as exportações. Apesar da exploração da nova *commodity*, o desenvolvimento social e econômico foi lento.

Em 1968, o governo britânico anunciou sua retirada do Golfo. Após o fracasso de negociações para criação de união com o Bahrein e com os atuais Emirados Árabes Unidos (EAU), o Catar se tornou independente em setembro de 1971. A crise do petróleo de 1973 provocou aumento exponencial das rendas estatais, e, entre aquele ano e 1977, a indústria petrolífera foi nacionalizada em etapas. O influxo de divisas permitiu ao governo criar ampla rede de bem-estar social para a população catariana, que, ao final da década, não superava 50 mil cidadãos.

Desde a independência a receita estatal catariana é garantida pelas rendas da exportação de hidrocarbonetos. O Estado construiu, ao longo das últimas cinco décadas, um sistema de bem-estar social dos mais amplos e generosos, fornecendo não só acesso a serviços básicos, como também empregos garantidos e alto padrão de renda a todos os seus cidadãos.

Ao longo da década de 1980, o então emir Khalifa Al Thani gradualmente transferiu responsabilidades para seu herdeiro designado, Hamad bin Khalifa Al Thani, que assumiu o trono em 1995. O xeique Hamad deu início, então, a intensa agenda de modernização econômica, combinada com mudança de rumos na política externa e reformas institucionais.

A nova agenda promovida pelo emir Hamad foi impulsionada por maciços investimentos em infraestrutura e pela negociação de ampla gama de contratos de longo prazo para fornecimento de gás natural liquefeito, que também proporcionaram ampliação da estrutura de bem-estar social. Os excedentes financeiros permitiram, ainda, política de modernização da imagem do país, com a fundação de museus, institutos culturais, atração de universidades ocidentais renomadas para Doha e fundação da rede de televisão Al Jazeera, entre outras iniciativas.

A xeica Moza bint Nasser, segunda esposa de Hamad, mantém papel de destaque na política catariana. Liderou o processo de modernização e expansão da estrutura educacional do Catar, estando à frente da *Qatar Foundation for Education, Science and Community Development*, fundada em 1995.

Em junho de 2013, Hamad Al Thani abdicou e transmitiu o poder ao novo emir, seu filho Tamim bin Hamad Al Thani. Apesar da mudança geracional, as linhas gerais do governo de Hamad têm sido mantidas por Tamim.

Em 2 de outubro de 2021, o Catar realizou pela primeira vez eleições diretas para escolha de 2/3 do Conselho Consultivo ("Shura"), equivalente ao Poder Legislativo no Catar, com



prerrogativa para aprovar a política geral e o orçamento do governo, mas sem competência sobre questões como políticas para defesa, segurança, economia e investimentos. Até 2021, a totalidade dos membros do Shura era indicada pelo emir, que possui ainda prerrogativa constitucional de indicar 1/3 dos membros e de prorrogar os mandatos parlamentares.

Não há partidos políticos no Catar. As eleições confirmaram a família ou a tribo como a unidade política por excelência no país. Os eleitores votaram nos distritos de origem de suas famílias (e não onde residem) e as listas de candidatos de muitos distritos era dominada quase inteiramente pela mesma família. Até o pleito de outubro de 2021, o país só havia realizado eleições na esfera municipal.

Em anos recentes o Catar tem adotado diversas medidas administrativas e legislativas buscando reformar seu sistema trabalhista, regulando temas como trabalho doméstico, depósito de salários, tráfico de pessoas etc. Implementou um salário mínimo mensal de US\$ 275.

POLÍTICA EXTERNA

O Catar é país pequeno, extremamente rico em recursos energéticos e financeiros, com população diminuta (300.000 nacionais) e inserido em região instável. A prioridade fundamental de sua política externa, nesse contexto, é resguardar a soberania nacional frente a vizinhos maiores e mais populosos.

A partir da independência, em 1971, o cumprimento dessa diretriz foi assegurado pela manutenção de relações amistosas com a Arábia Saudita – principal vizinho e único com o qual compartilha fronteira terrestre – e, também, pela aproximação com os EUA.

Até a acessão de Hamad Al Thani, em 1995, a diplomacia catariana manteve-se em sintonia com posições adotadas pela Arábia Saudita. Novas iniciativas levadas a cabo pelo emir, bem como a deterioração da relação com os vizinhos, alteraram essa tendência, tendo a política externa catariana passado a buscar perfil independente e destacado.

Foram realizadas em Doha, por exemplo, a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (2001), a II Cúpula do G-77 (2005), a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (2009) e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-18, 2012). Desde o início dos anos 2000, o então príncipe herdeiro Tamim promoveu o Catar como referência em esportes. Além de atrair para Doha os Jogos Asiáticos de 2006, a Copa do Mundo de Futebol de 2022 e vários outros eventos relevantes, o Catar tem se associado a clubes esportivos de renome, como o Barcelona e o Paris Saint-Germain e tem, ainda, financiado centros de pesquisa sobre temas acessórios, como segurança de grandes eventos e medidas antidoping.

Criada em novembro de 1996, a emissora por satélite *Al Jazeera*, pioneira no Oriente Médio, atingiu grande sucesso de público na região, mas se tornou fonte de atrito recorrente para o governo do Catar devido à apresentação de reportagens críticas a governos da região e pela cobertura da chamada “primavera árabe” (2011).

Vertente relevante da chancelaria catariana tem sido o engajamento em atividades de mediação e facilitação de diálogo em contextos de conflito interno ou internacional. Entre 2007 e 2011, o Catar mediou conflitos internos no Líbano, no Sudão e no Iêmen, com diferentes graus de



sucesso. Buscou também desempenhar papel relevante na questão israelo-palestina, em 2007. Em 2020 e em 2021, abrigou diálogos entre o governo afegão e o Talibã. Mais recentemente, o governo do Catar procurou liderar entendimentos entre o Quênia e a Somália, e abrigou a assinatura do Acordo de Paz do Chade. Outra linha de ação é a busca de liberação de prisioneiros políticos em outros países, tendo atuado com sucesso na Líbia, em Mianmar, no Afeganistão e em Ruanda.

A eclosão da chamada "primavera árabe", em 2011, gerou desentendimentos entre o Catar e outros atores regionais, que resultaram, em março de 2014, na retirada dos embaixadores da Arábia Saudita, do Bahrein e dos EAU de Doha. Essa crise foi resolvida, em novembro seguinte, mediante assinatura dos "Acordos de Riade", que determinaram a "não-interferência" de seus signatários nos assuntos internos uns dos outros. A suposta violação dos Acordos de Riade pelo Catar foi a motivação imediata para rompimento, em 5 de junho de 2017, das relações entre a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito (o "Quarteto"), de um lado, e o Catar, de outro, gerando a mais profunda crise diplomática no Golfo.

Em janeiro de 2021, o Catar e a Arábia Saudita anunciaram a reabertura de suas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas. Em reunião prévia à 41ª Cúpula do Conselho de Cooperação do Golfo, naquele mês, celebrou-se acordo para retomada da "solidariedade entre os países do Golfo". A reunião em Al Ula foi a primeira a contar com participação do emir do Catar, xeique Tamim bin Hamad Al Thani, desde o início da crise, em 2017. A Declaração de Al Ula agradece os esforços do Kuwait e dos EUA para aproximar as partes e auxiliar na solução da controvérsia.

O Catar logrou rapidamente a retomada integral de suas relações com o Egito e a Arábia Saudita, incluindo a reabertura de embaixadas nas capitais. Em 19 de junho de 2023, foi anunciado o restabelecimento das relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos. A aproximação com o Bahrein tem sido mais lenta.

Os EUA são os principais garantidores da segurança e soberania catarianas, e constituem sua mais importante relação bilateral. O Catar abriga a base aérea de Al Udeid, sede regional do Comando Central do Pentágono e principal instalação militar dos EUA na região, com cerca de 10.000 militares norte-americanos.

Em julho de 2017, o Catar assinou memorando de entendimento com os EUA para combater o terrorismo. No início de abril de 2018, o emir do Catar realizou visita de seis dias aos EUA, ocasião em que ouviu reconhecimento pela cooperação catariana para o combate ao terrorismo. O Catar é parte da *Coalizão Militar Islâmica para o Combate ao Terrorismo*, formada em dezembro de 2015 por iniciativa da Arábia Saudita e composta por 34 países. Era também, até a eclosão da crise diplomática de 2017, parte da *Coalizão Árabe*, aliança militar criada pela Arábia Saudita em 2015 para combater os rebeldes houthis no Iêmen.

As relações bilaterais entre o Catar e a Turquia têm-se aprofundado rapidamente a partir dos anos 2000. Doha e Ancara vêm seguindo políticas externas alinhadas em diversos pontos importantes da pauta regional, em especial no que diz respeito a tensões regionais envolvendo outros países do Oriente Médio como a Arábia Saudita e o Irã.

A relação catariana com o Irã leva fundamentalmente em conta a necessidade de gestão de recursos energéticos comuns — o maior repositório de gás natural do mundo, o campo South Pars/North Dome, é dividido entre os dois países.



O Catar rompeu relações diplomáticas com o Irã em janeiro de 2016, após multidões atacarem a embaixada saudita em Teerã e o consulado saudita na cidade iraniana de Mashad. Em agosto de 2017, no entanto, as relações diplomáticas entre o Catar e o Irã foram reatadas. Durante o bloqueio do quarteto contra o Catar (2017-2021), o Irã foi, ao lado da Turquia, importante parceiro regional que prestou cooperação ao Catar, sobretudo na área de segurança alimentar. O Catar, por sua vez, presta cooperação e assistência humanitária ao Irã.

Com o fim do bloqueio, o Catar voluntariou-se como intermediário entre os países do CCG e o Irã nos esforços de reaproximação na região, bem como ofereceu seus ofícios como mediador de contatos entre o Irã e os EUA, tendo efetivamente facilitado a troca de mensagens e rodada de negociações entre os dois países.

O Catar buscou também desempenhar papel intermediador em busca de resolução para a questão israelo-palestina. Mediou diversas rodadas de negociação entre Israel e o Hamas desde 2014, que culminaram no acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, anunciado em agosto de 2020. O cessar-fogo permitiu abertura de passagens para entrada de bens de consumo na Faixa de Gaza, retomada de reuniões entre a câmara de comércio israelense e empresários palestinos, bem como construção de hospital de campanha norte-americano. A posição catariana é de compromisso com a Iniciativa de Paz Árabe de 2002, segundo a qual os países árabes poderão normalizar suas relações com Israel, caso seja reconhecido o Estado palestino e sejam retomadas as fronteiras anteriores a 1967.

Altas autoridades catarianas têm mantido intensa agenda de visitas ao exterior, realizando pérriplos na Europa, no Golfo da Guiné, no Leste Asiático, no Sudeste Asiático e na América Latina, além de visitas pontuais a parceiros como os EUA e a Rússia.

ECONOMIA

O Catar é, hoje, um país extremamente próspero, tendo como base econômica principal a indústria de hidrocarbonetos. Desde 2007, o país é o maior exportador de gás natural liquefeito. Ao longo dos anos 2000, o Catar tornou-se também um *hub* aeroportuário intercontinental. Dada sua pequena população, sua renda *per capita* PPP é uma das maiores do mundo: US\$ 95.340 (2021). A sociedade catariana beneficia-se da quase inexistência de impostos e de generosa rede de amparo estatal, bem como de emprego garantido no Estado, que emprega cerca de 80% da população nativa. Os mais de 2 milhões de estrangeiros residentes no país desempenham funções diversas, que vão desde trabalhos técnicos e empresariais até tarefas em serviços básicos e construção civil (a maior parte dos postos de trabalho nos setores produtivos da economia é ocupada por estrangeiros, que representam 88% dos habitantes do país).

O Catar possui significativas reservas de petróleo e a terceira maior reserva de gás natural do planeta (12,5%), atrás somente da Rússia e do Irã. As reservas de petróleo do país correspondem a cerca de 25,2 bilhões de barris (cerca de 1,5% do total mundial), enquanto as de gás natural somam 24,5 trilhões de metros cúbicos, havendo, segundo autoridades catarianas, vida útil de 200 anos de produção.

Segundo os dados da "Autoridade de Planejamento e Estatística" catari, a corrente de comércio do Catar com o mundo em 2022 foi de cerca de US\$ 164,2 bilhões, com exportações de

13

Avulso da MSF 54/2023 [21 de 28]



US\$ 130,8 bilhões e importações de US\$ 33,4 bilhões, com saldo positivo de US\$ 97,3 bilhões. Em 2022, ainda segundo dados da "Autoridade de Planejamento e Estatística", os principais destinos das exportações do Catar foram: a China, a Índia, a Coreia do Sul, o Japão e o Reino Unido. Os principais países de origem das importações do Catar no mesmo ano foram a China, os Estados Unidos, a Índia, a Itália e a Alemanha.

A economia do Catar é extremamente dependente da exportação de hidrocarbonetos. Durante a pandemia, a queda momentânea nos preços internacionais, assim como investimentos em infraestrutura, gastos com pessoal e projetos relacionados à Copa do Mundo de Futebol de 2022, pressionaram as contas públicas catarianas. Em 2021 e em 2022, sobretudo após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a alta dos preços das *commodities* de energia impulsionaram a economia local.

Segundo dados e projeções do FMI, a economia catariana contraiu-se 3,6%, em 2020, cresceu 1,5% em 2021, 4,2% em 2022 e deverá crescer 2,4% em 2023. Ainda segundo o FMI, após déficit em transações correntes de cerca de 2% do PIB em 2020, o país teve saldo de cerca de 14,7% em 2021, e estima-se cerca de 26% em 2022, impulsionado principalmente pela alta das *commodities*.

A produção de petróleo é fator dominante da economia desde a década de 1950. A partir de 1995, o emir Hamad bin Khalifa Al Thani passa a favorecer investimentos em infraestrutura e contratos de exportação de GNL a longo prazo, reorientando o foco da produção para o gás natural.

Em 2008, o setor de gás superou o de petróleo como o de maior participação no PIB nacional (32% do primeiro contra 27% do segundo), tendência que se tem confirmado desde então. A *Qatar Petroleum* (QP) congrega todas as empresas nacionais da cadeia produtiva de hidrocarbonetos sob uma única estrutura. O Catar é hoje o maior exportador mundial de GNL, o qual tem como destino, majoritariamente, as grandes economias do leste asiático, o que resultou no estabelecimento de relações amistosas e relativamente próximas com Japão, China e Coreia do Sul.

Atualmente, o setor de hidrocarbonetos responde, diretamente, por 65% da renda nacional, embora, na prática, toda a economia nacional gire em torno daquele segmento. O segundo setor mais importante, o de serviços financeiros, é responsável por apenas 9% do PIB catariano.

Excedentes oriundos do mercado de hidrocarbonetos são investidos no já mencionado fundo soberano nacional, a *Qatar Investment Authority* (QIA). Estima-se que o fundo controle cerca de US\$ 329 bilhões em ativos, tradicionalmente investidos na Europa e nos EUA, embora esteja em curso projeto de diversificação de focos geográficos de atuação, assim como de alocações de ativos. Empresas locais também recebem importantes inversões do fundo.

A QIA conta com portfólio global que abrange diversas classes de ativos, incluindo ações, renda fixa, *private equity*, ativos imobiliários e em infraestrutura, recursos naturais e "hedge funds". Possui subsidiárias focadas em áreas de atuação específicas, como agronegócio e segurança alimentar (*Hassad Food*), mercado imobiliário (*Qatari Diar*), mineração (*Qatar Mining*), hotelaria (*Katara Hospitality*) e outros. A empresa prefere não assumir o controle das empresas em que investe, limitando-se a posições minoritárias de, no máximo, 25% do controle do capital societário, focando a maioria de seus investimentos no exterior. A QIA fornece poucas



informações sobre a extensão de seus investimentos e sua estratégia de atuação, sendo avaliada como pouco transparente.

No Catar, tradicionalmente, não há impostos sobre renda de pessoas físicas, e são reduzidos os impostos sobre a operação de pessoas jurídicas. Em 2019, tabaco, bebidas alcoólicas, bebidas energéticas e produtos suínos passaram a ser taxados em 100%, e bebidas açucaradas em 50% — medidas que afetam principalmente a comunidade estrangeira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1867	O Tratado de Assistência Anglo-Catariano assegura o domínio da família Al Thani sobre o território do Catar e frustra as ambições da família Al Khalifa, do Bahrein, sobre a região.
1872	A Península Arábica é incorporada ao Império Otomano.
1878	Jassim bin Mohammed Al Thani — fundador do Estado, devido a seu papel na unificação das tribos na Península do Catar e na luta contra a dominação estrangeira — sucede a seu pai, Mohammed bin Thani, como governante da Península (18 de dezembro, data nacional).
1916	O Reino Unido reconhece o xeique Abdullah Al Thani, membro da dinastia dominante na região, como chefe de Estado do Catar e assina tratado bilateral pelo qual oferece proteção ao território catariano e passa a supervisionar as relações exteriores do país.
1930	Início da exploração de petróleo no Catar, com a criação da Petroleum Development of Qatar (que dará lugar, futuramente, à estatal Qatar Petroleum).
1949	Ali Al Thani torna-se Chefe de Estado. Início da comercialização do petróleo catariano.
1960	Ali Al Thani abdica em favor de seu filho Ahmed bin Ali Al Thani. Ao longo da década de 1960, grandes complexos industriais instalam-se no país, ainda sob tutela britânica, e são abertos os principais campos de extração de petróleo.
1968	O governo britânico anuncia a intenção de retirar suas tropas do Golfo em 1971.
1971	Em 3/9, o Catar torna-se independente. Ahmed bin Ali Al Thani assume o título de emir.
1972	Em meio a crise provocada pelas altas taxas de desemprego no país, o xeique Khalifa bin Hamad Al Thani, sobrinho de Ahmed bin Ali Al Thani assume o poder.
1973	O Estado catariano assume o controle dos recursos petrolíferos do país.
1974	Primeiro grande plano quinquenal, com ênfase na construção de complexos siderúrgicos, petroquímicos, de fertilizantes e de gás natural líquido.
1977	É fundada a Qatar University, primeira instituição de ensino superior do país.
1990	O governo catariano passa a atribuir prioridade à exploração das reservas de gás natural não-associado, ou seja, reservas de gás não-integrantes de campos de petróleo.
1994	Criação da estatal Qatar Gas.
1995	O xeique Hamad bin Khalifa Al Thani, filho do emir, assume o governo catariano. O Catar torna-se o primeiro Estado árabe do Golfo a assumir relações econômicas com Israel, por meio do fornecimento de gás natural.
1996	Em novembro, é fundada a rede de TV Al Jazeera.



2003	O emir nomeia seu filho Tamim príncipe herdeiro. Criação da Cidade Educacional, primeiro grande centro universitário de excelência do Oriente Médio. O Catar torna-se principal ponto de apoio das forças dos EUA na região durante a Guerra do Golfo.
2008	Em junho, a diplomacia catariana medeia as negociações entre as facções envolvidas na crise política libanesa. Em setembro, o Catar passa a mediar as conversações entre os envolvidos na crise de Darfur.
2009	Doha sedia a segunda Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) (março).
2011	"Primavera árabe".
2013	O emir do Catar, Hamad bin Khalifa Al Thani, abdica em favor do príncipe herdeiro Tamim Al Thani, em 25 de junho. Em 26 de junho, o novo emir nomeia o então ministro de Estado do Interior, Abdullah bin Nasser bin Khalifa Al Thani, primeiro-ministro.
2014	Primeira crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro (março-novembro).
2015	Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Jordânia, Sudão e Egito (26 de março).
2017	A Arábia Saudita, o Bahrein, os EAU e o Egito rompem relações com o Catar, dando início à mais profunda crise diplomática no Golfo desde a criação do CCG (junho).
2021	Fim do bloqueio diplomático sobre o Catar. Celebração do acordo para retomada da "solidariedade entre os países do Golfo" na 41ª Cúpula do Conselho de Cooperação do Golfo: Declaração de Al Ula (5 de janeiro).
2021	Normalização das relações diplomáticas com o Egito e a Arábia Saudita
2022	Catar sedia a 22ª Copa do Mundo de Futebol
2023	Normalização das relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e o Catar estabelecem relações diplomáticas (20 de maio). Criação da embaixada do Brasil no Estado do Catar, cumulativa com a embaixada em Jedá (Decreto n. 74.148, de 5/6/74).
1983	A missão diplomática do Brasil no Catar passa a ser cumulativa com a embaixada em Abu Dhabi (Decreto n. 88.935, de 31/10/83).
1994	O chanceler do Catar, xeique Hamad Jassen bin Jaber Al Thani, visita o Brasil. É acordada a abertura de embaixadas residentes em Doha e em Brasília (janeiro). O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Élcio Álvares, visita o Catar (dezembro).
1997	O Catar abre embaixada residente em Brasília.
1999	O Catar fecha sua Embaixada em Brasília, diante da falta de reciprocidade pelo Brasil.
2005	O chanceler Celso Amorim visita Doha, ocasião em que entrega ao emir do Catar convite para participar da Cúpula ASPA e anuncia a abertura de embaixada residente do Brasil em Doha (fevereiro). É criada (Decreto n° 5409, de 1º/4/2005) e aberta (maio) a embaixada do Brasil em Doha.
2007	A embaixada do Catar em Brasília é reaberta (junho).
2008	O chanceler Celso Amorim encontra-se com o primeiro-ministro e chanceler catariano, xeique Hamad bin Jaber Al Thani, em Doha, à margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento.
2009	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se com o emir Hamad bin Khalifa Al Thani, em Doha, à margem da II Cúpula ASPA.
2010	O emir Hamad bin Khalifa Al Thani, acompanhado do primeiro-ministro Hamad bin Jassen bin Jaber Al Thani, visita o Brasil em caráter oficial (janeiro). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita de Estado ao Catar (maio). A consorte real, Xeica Mozah bint Nasser Al Missned, viaja ao Rio de Janeiro para participar do 3º Fórum da Aliança das Civilizações, sendo recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (maio). Inaugurada a primeira ligação aérea direta entre os dois países, operada pela Qatar Airways (junho). O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realiza missão comercial ao Catar, acompanhado de uma delegação de mais de cem empresários brasileiros (dezembro).
2011	O chanceler Antonio Patriota visita o Catar. É recebido pelo emir, pelo primeiro-ministro e pelo ministro de Estado das Relações Exteriores (março). Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, em Brasília (novembro). O vice-presidente Michel Temer participa, em Doha, do 4º Fórum da Aliança das Civilizações (dezembro).
2012	O vice-chanceler Khalid Al Attiyah visita Brasília e é recebido pelo vice-presidente da



	República, Michel Temer.
2013	O chanceler Antonio Patriota se reúne com o vice-chanceler Khalid Al Attiyah, à margem do 5º Fórum da Aliança das Civilizações, em Viena (fevereiro). Criado, no âmbito do Congresso Nacional, o Grupo Parlamentar Brasil-Catar (atualmente inativo) (outubro). Os ministros do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, participam, em Doha, do Fórum Internacional de Seguridade Social (novembro).
2014	O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, visita o Catar, acompanhado de comitiva, tendo sido recebido pelo primeiro-ministro, xeique Abdullah bin Nasser Al Thani. Assinatura do acordo de irmanação entre Brasília e Doha (fevereiro). O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, participa, no Catar, do <i>Doha Goals International Forum</i> (novembro). A presidente Dilma Rousseff realiza visita oficial ao Catar (novembro).
2015	O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, realiza visita oficial ao Catar e participa da Cúpula Mundial da Inovação em Educação (WISE) (novembro).
2016	O xeique Joaan, irmão do emir e presidente do Comitê Olímpico do Catar, visita o Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos de 2016.
2017	O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visita o Catar (maio). O ministro da Defesa, Raul Jungmann, visita o Catar (dezembro).
2019	II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, em Doha (4 de abril). O xeique Jassim Bin Hamad Al-Thani, ex-príncipe herdeiro e irmão do Emir do Estado do Catar, realiza visita ao Brasil no período de 13 a 17 de junho de 2019, no contexto dos jogos da Copa América (visita de cunho particular). O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, visita o Catar (25 e 26 de junho). O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, visita o Catar (8 de setembro). O Presidente Jair Bolsonaro realiza visita oficial ao Catar (28 de outubro).
2020	Telefona entre o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o chanceler do Catar, xeique Mohammed bin Abdulrahman Al Thani (16 de junho).
2021	III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, por videoconferência (4 de agosto). Segunda visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Catar (17-18 de novembro).
2022	Visita do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Rocha (maio)
2022	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar (Doha, 31 de agosto)



ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Declaração Conjunta Brasil - Catar	1º/2/1994	1º/2/1994	Publicação Direta
Acordo de Serviços Aéreos	20/1/2010	Superado. Acordo substitutivo foi assinado em 28/10/2019.	
Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional	20/1/2010	20/1/2010	25/1/2010
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais	20/1/2010	20/1/2010	5/4/2010
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	20/1/2010	Exposição de motivos e enviada à PR (julho 2021), para envio ao Congresso Nacional.	
Acordo para o Estabelecimento de Comitê de Cooperação Intergovernamental	20/1/2010	20/1/2010	25/1/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais	20/1/2010	20/1/2010	14/4/2010
Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento do Turismo	15/5/2010	15/5/2010	14/6/2010
Acordo de Cooperação Esportiva	15/5/2010	15/5/2010	14/6/2010
Acordo sobre Cooperação Cultural	15/5/2010	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2017. Aguarda ratificação.	



Acordo sobre Serviços Aéreos	28/10/2019	EMI de envio ao Congresso foi assinada pelo MInfra em 24/5/2021. Aguarda manifestação do MRE para continuar a tramitação.	
Acordo sobre Isenção Mútua de Visto de Entrada para Portadores de Passaporte Comum	28/10/2019	27/12/2019	14/1/2020
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Saúde	28/10/2019	Tramitação MRE. Pediu-se à área técnica manifestação de mérito para seguir com a tramitação. Sem respostas até o momento.	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Grandes Eventos	28/10/2019	28/10/2019	Publicação Direta
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático do Estado do Catar sobre cooperação mútua para o treinamento de diplomatas	28/10/2019	28/10/2019	Publicação Direta
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa Do Brasil e o Ministério da Defesa do Estado do Catar sobre Parceria Estratégica relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa	18/11/2021	18/11/2021	Publicação Direta





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2023

(nº 390/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 55/2023 [1 de 31]

MENSAGEM Nº 390

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

Avulso da MSF 55/2023 [2 de 31]



EM nº 00213/2023 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da União de Myanmar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

Avulso da MSF 55/2023 [3 de 31]



03/08/2023, 19:09

SUPER/PR - 4465133 - OFÍCIO

00001.007001/2023-70



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 507/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/08/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4465133** e o código CRC **506828FD** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007001/2023-70

SUPER nº 4465133

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

[https://super.presidencia.gov.br/controlador.pnp?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_Avulso_da_MSF.55/2023.\[4 de 31\]_1/2](https://super.presidencia.gov.br/controlador.pnp?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_Avulso_da_MSF.55/2023.[4 de 31]_1/2)



03/08/2023, 19:09

SUPER/PR - 4465133 - OFÍCIO

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

https://super.presidencia.gov.br/controlador.pnp?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_Avulso_da_MSF_55/2023_5 de 31_2/2



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GUSTAVO ROCHA DE MENEZES
CPF.: [informações pessoais](#)

1967 Filho de [informações pessoais](#), nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1988 | Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| 1990 | Mestrado em Relações Internacionais, sem defesa de tese, Instituto de Relações Internacionais - IRI - PUC-Rio, 1990 |
| 1995 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr |
| 2004 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD - IRBr |
| 2004 | Mestrado em Política Econômica Internacional, London School of Economics and Political Science - LSE, Universidade de Londres |
| 2012 | Curso de Altos Estudos - CAE - IRBr, "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil". |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1995 | Terceiro-secretário |
| 2000 | Segundo-secretário |
| 2005 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2009 | Conselheiro, por merecimento |
| 2014 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2022 | Ministro de primeira classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|---------|---|
| 1996-97 | Divisão da América Meridional II, DAM-II, Assistente |
| 1997-98 | Departamento das Américas - DAA, Assessor |
| 1998-00 | Secretaria-Geral, Assessor |
| 2000-03 | Embaixada em Londres, Terceiro e Segundo Secretário |
| 2003-06 | Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário |
| 2006-11 | Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário, Conselheiro e Ministro-Conselheiro Comissionado, Encarregado de Negócios a.i. |
| 2011-16 | Divisão de China e Mongólia - DCM, Chefe |
| 2016-19 | Consulado-Geral em Barcelona, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto |
| 2019 | Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro |
| 2019-20 | Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, Ministro-Conselheiro |
| 2020-21 | Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe |
| 2021-22 | Gabinete do Ministro de Estado da Saúde, Chefe do Gabinete |

Publicações:

- | | |
|------|---|
| 2013 | "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil", Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Brasília |
|------|---|

Condecorações:

- | | |
|------|-------------------------------------|
| 2010 | Medalha do Pacificador |
| 2020 | Ordem de Rio Branco, Grande Oficial |



2020 Medalha Mérito Tamandaré
2022 Medalha do Mérito Oswaldo Cruz, Ouro

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

Avulso da MSF 55/2023 [7 de 31]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**MYANMAR****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2023**

Avulso da MSF 55/2023 [8 de 31]



DADOS BÁSICOS SOBRE MYANMAR

Nome Oficial:	República da União de Myanmar
Gentílico:	myanmarensse
Capital:	Nay Pyi Taw (desde 2006); Yangon (até 2005)
Área:	676.578 km ²
População:	54,2 milhões (FMI, 2022)
Línguas oficiais:	birmanês (oficial)
Principais religiões:	Budismo (87,9%); Cristianismo (6,2%), Islamismo (4,3%), outras ou nenhuma (1,6%)
Sistema de governo:	República Presidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Casa das Nacionalidades (<i>Amyotha Hluttaw</i>): 224 membros – 168 eleitos e 56 indicados pelas Forças Armadas (<i>Tatmadaw</i>); e Casa dos Representantes (<i>Pyithu Hluttaw</i>): 440 membros – 330 eleitos e 110 indicados pelo <i>Tatmadaw</i> .
Chefe de estado:	Presidente Myint Swe (interino desde fevereiro de 2021)
Chefe de governo:	General Min Aung Hlaing (desde fevereiro de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	U Than Swe (desde fevereiro de 2023)
PIB nominal (est 2023, FMI):	US\$ 63,99 bilhões
PIB PPP (est 2023, FMI):	US\$ 278,16 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 1.180
PIB PPP <i>per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 5.130
Variação do PIB (FMI):	3,2% (2020); -17,9% (2021); 2,0% (2022); 2,6% (est. 2023)
IDH (2020, PNUD)	0,593 (147 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2022)	US\$ 76,2 milhões (-9,8%)
Saldo da balança comercial (2022)	Superávit de US\$ 52,6 milhões (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2022)	US\$ 64,4 milhões (-16,4%); 113º destino
Principais produtos exportados	Farelos de soja (65%); carnes e miudezas (25%); café (5,6%).
Total importações brasileiras (2022)	US\$ 11,8 milhões (+57,3%); 104 ^a origem
Principais produtos importados	Vestuários têxteis e casacos (69,8%); calçados (11%); madeira (6,1%); e aparelhos elétricos (4,5%).
Ranking do Brasil no comércio exterior de Myanmar (2020)	17º fornecedor / 68º destino
Investimentos de Myanmar no Brasil	Não há registros de investimentos de Myanmar no Brasil.
Investimentos do Brasil em Myanmar	Não há registros de investimentos brasileiros em Myanmar.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	67,1 anos (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Alfabetização (2019):	75,6% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Índice de desemprego (2020, FMI):	4% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Unidade monetária:	kyat
Embaixador em Brasília:	Aung Kyaw Zan (desde 16 de novembro de 2022)
Embaixador do Brasil em Yangon:	<em processo de designação>
Brasileiros no país:	41 residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)

Brasil →Myanmar	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023 ¹¹
Intercâmbio	13,4	42,2	148,7	69,7	52,0	84,5	76,2	20,4
Exportações	12,8	40,1	144,7	55,4	40,2	77	64,4	14,9
Importações	0,6	2,1	4,0	14,3	11,8	7,5	11,8	5,5
Saldo	12,2	38,0	140,7	41,1	28,4	69,5	52,6	9,4

¹¹ Dados até maio de 2023.



APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, diversas cidades-estados e reinos ocupavam a área que hoje corresponde ao território myanmarensse. A antiga Birmânia, atual República da União de Myanmar, tornou-se independente do Reino Unido em 1948. Localizado em área estratégica no Sudeste Asiático – com saída para o oceano Índico e fronteiras terrestres com Bangladesh, China, Índia, Laos e Tailândia –, o país possui grande população (cerca de 55 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais em território superior a 676 mil km².

Myanmar divide-se em sete estados – *Chin, Kachin, Kayah, Mon, Rakhine e Shan* –, mas organiza-se sob a forma de Estado unitário. Desde 2005, sua capital é Nay Pyi Taw. Com história permeada por conflitos de natureza étnica, o país passava, até 2021, por processo de redemocratização, em que as Forças Armadas – *Tatmadaw* – vinham gradualmente transferindo o controle dos rumos do país aos setores civis.

Em fevereiro de 2021, o *Tatmadaw* decretou Estado de Emergência e deteve a Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas, em movimento deflagrado na véspera da posse do novo parlamento, eleito em novembro de 2020. Desde então, instalou-se regime militar que segue no poder.



PERFIS BIOGRÁFICOS

Min Aung Hlaing

Presidente do Conselho Administrativo de Estado e Primeiro-Ministro



Nasceu em 1956, em Tavoy. Formou-se em Direito pela Universidade de Yangon, em 1974, antes de ingressar, em sua 3ª tentativa, na principal academia militar do país, a *Defence Services Academy* (DSA). Assumiu o comando do Exército myanmarensse em 2011, quando a transição para a democracia se iniciava no país, e desde então ascendeu progressivamente na vida política do país.

Esteve diretamente envolvido em diversos conflitos contra insurgências étnicas e na repressão e perseguição à minoria *Rohingya*, em agosto de 2017. Como consequência, foi alvo de sanções por parte dos Estados Unidos. Em fevereiro de 2021, ao alegar fraudes eleitorais, liderou a tomada de poder pelo *Tatmadaw*, tendo ordenado a prisão do então presidente U Win Myint e da conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, além de outras autoridades. Em seguida, declarou-se comandante do país e criou o Conselho Administrativo de Estado, órgão que passou a presidir.



Myint Swe
Presidente da República



Nasceu em 1951, em Mandalay. Fez carreira militar, tendo-se formado, em 1971, na Defence Services Academy (DSA), principal academia militar do país, responsável pelo treinamento dos oficiais das Forças Armadas de Myanmar. Comandou a cidade de Yangon, a maior do país, e foi comandante militar da região por anos. Em 2007, durante a revolta de monges, conhecida como “Revolução Açafrão”, foi responsável pelo reestabelecimento da ordem, com repressão que matou dezenas e prendeu centenas de pessoas.

Em 2018, foi indicado pelo *Tatmadaw* ao cargo de vice-presidente, para integrar o governo de Aung San Suu Kyi. Com o golpe, assumiu interinamente a presidência do país, antes de passar o poder para o Gen. Min Aung Hlaing. Myint Swe já havia desempenhado o cargo de presidente interino em 2018, após a renúcia do então presidente Htin Kyaw.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 55 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, com possibilidade de conexão entre Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Málaca. Além disso, Myanmar preparava-se, à época, para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir um ponto de inflexão no processo de transição democrática do país.

As relações bilaterais vinham se desenvolvendo, com progressiva troca de visitas de autoridades. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou o país. Em julho de 2017, esteve no Brasil o ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarese, Ohn Win, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Ohn esteve novamente no Brasil em março de 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Também visitaram o Brasil, em anos anteriores, o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em maio de 2015; e o vice-presidente da República myanmarese, Sai Mauk Kham, em junho de 2012.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em 2012, foi estabelecido mecanismo de consultas políticas. A terceira e mais recente reunião de consultas foi realizada em agosto de 2018, em Nay Pyi Taw.

Desde o golpe militar de fevereiro de 2021, o Brasil tem buscado acompanhar com atenção os desdobramentos no país e tem mantido expectativa de rápido retorno do país à normalidade democrática. Foram divulgadas três notas à imprensa. A primeira, de 2/2/2021, afirmou que “o Brasil tem a expectativa de um rápido retorno do país à normalidade democrática e de preservação do estado de direito”. Em 19/3/2021, diante da escalada da violência, nova nota à imprensa apresenta apelo “pela contenção no uso da força contra manifestações pacíficas e deplora o número crescente de vítimas fatais”. Reitera ainda “o chamado à restauração da normalidade democrática e defende a libertação dos presos políticos”. Em 26/4/2021, o governo



brasileiro expressou votos de êxito à ASEAN em seus esforços e tomou nota, com apreço, do “Consenso de Cinco Pontos” alcançado na cúpula de Jacarta, em 24/4/2021, e encorajou a plena implementação das decisões do encontro. Reiterou, igualmente, o chamado pelo fim da violência e a expectativa de “retorno à vigência das normas constitucionais no mais breve prazo”.

O Brasil tem condenado a continuação dos atos de violência e a falta de avanços na implementação do Consenso de Cinco Pontos. Tem sido contrário à adoção de embargos ou sanções a Myanmar, favorecendo os esforços de mediação da ASEAN e o diálogo com todas as forças políticas locais. O país tem apoiado iniciativas em defesa dos direitos humanos e do retorno à democracia em Myanmar, incluindo na OMC, na CDH e, a partir de 2022, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cooperação técnica

Entre 2013 e 2016, o Brasil prestou programa de assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan e voltado ao treinamento de especialistas myanmarenses. Em outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajuste Complementar, documento que servirá de base para a 2^a fase do projeto, sobre melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico. Trata-se de projeto importante para Myanmar, país que ainda registra número considerável de vítimas, muitas fatais, de picadas de cobras.

A ABC e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), com sede em Brasília, organizaram, em 2017, visita de estudos de delegação myanmarensse com autoridades de diferentes ministérios, com vistas a apresentar programas brasileiros voltados à alimentação escolar.

Há interesse myanmarensse em também receber cooperação referente à preparação de censos laborais. O tema foi tratado em videoconferência entre a ABC, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério do Trabalho, Imigração e População do Myanmar (MOLIP), em fevereiro de 2021.

Em 2018, durante missão técnica ao Brasil, o MOLIP expressou interesse em receber cooperação do IBGE na preparação do censo naquele país, previsto para 2024. Em junho de 2022, a diretora-geral do MOLIP reiterou esse interesse ao embaixador do Brasil, pois Myanmar almeja realizar a transição da coleta de dados em papel para a coleta eletrônica no censo de 2024.



Assuntos consulares

Com base nas matrículas consulares, a comunidade brasileira em Myanmar era composta, antes da pandemia, por 41 cidadãos. Em sua maioria, professores, funcionários de organizações internacionais e ONGs, profissionais liberais, trabalhadores do setor hoteleiro e turismo e jogadores de futebol, e suas famílias.

Em 2022, foi descoberta a existência de brasileiros em Myanmar trabalhando em condições análogas à escravidão. Tratava-se de grupo de jovens aliciados no Brasil para trabalhar em serviços prestados via internet com jornadas exaustivas e submetidos a ameaças de violência física e psicológica. Em dezembro, o Brasil logrou a libertação dos 13 nacionais, que foram devidamente alocados em voos de retorno ao Brasil, com passagens aéreas custeadas pelo Itamaraty.

POLÍTICA INTERNA

Com a Constituição de 2008, o país conformou-se em república parlamentarista, com a denominação de República da União de Myanmar. O Parlamento é bicameral, dividido em Casa das Nacionalidades (câmara alta) e Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira possui 224 assentos: 168 parlamentares eleitos diretamente, por maioria absoluta, em sistema distrital, e 56 indicados pelos militares (25% do total). A segunda casa é composta por 440 assentos: 330 membros eleitos diretamente, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 indicados pelos militares (25% do total). Os membros de ambas as casas exercem mandatos de cinco anos.

Os principais partidos em Myanmar, até o golpe de fevereiro de 2021, eram a Liga Nacional Democrática (*NLD*), de centro-esquerda, que estava à frente do governo deposto pelo *Tatmadaw*; o Partido da União Solidariedade e Desenvolvimento (*USDP*), conservador, budista, até então de oposição; a Liga das Nacionalidades Shan para Democracia (*SNLD*), de centro-esquerda, pró-Federalismo e autodeterminação; o Partido Nacional Arracão (*ANP*), de direita e porta-voz da etnia *Rakhine*; o Partido Nacional *Ta'ang* (*TNP*), nacionalista em prol da etnia *Ta'ang*; e a Organização Nacional *Pa-O* (*PNO*), representante dos interesses da etnia *Pa-O*.



As mais recentes eleições ocorreram em 8/11/2020. No pleito, a *NLD* superou expectativas e obteve grande maioria dos assentos em disputa. O *USDP*, por seu turno, reduziu o número de assentos em relação aos obtidos em 2015.

O Judiciário myanmarensse é formado pela Suprema Corte da União, Altas Cortes da Região; Altas Cortes do Estado; Corte da Divisão Autoadministrada; Corte da Zona Autoadministrada; tribunais distritais e municipais; bem como tribunais especiais (para delitos de juventude, trânsito, etc.). Orgão máximo do sistema judiciário é a Suprema Corte, integrada por, no mínimo, sete e, no máximo, onze juízes. Todos os membros são nomeados pelo presidente, mediante aprovação da câmara baixa, e normalmente permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. O sistema normativo em Myanmar incorpora elementos da *common law* britânica e do direito consuetudinário.

No Executivo, o presidente – que acumula as chefias de estado e de governo – é eleito indiretamente, em votação no Parlamento, por maioria simples. Seu nome é escolhido a partir de lista com três candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral Presidencial – composto por membros das câmaras alta e baixa, e por militares. Os demais candidatos tornam-se vice-presidentes. O mandado presidencial é de cinco anos. Em 30 de março de 2018, tomou posse o presidente Win Myint, deposto menos de três anos depois. O cargo de Conselheiro de Estado foi criado em 2016, com mandato equivalente ao presidencial. Suas funções assemelham-se àquelas de primeiro-ministro, na medida em que atua como elo entre Parlamento e Executivo.

Vida política

Até o início de 2021, a ex-conselheira de estado Aung San Suu Kyi – que acumulava, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros – era considerada a líder *de facto* do país. Sua administração vinha operando em limitado campo de ação. Tinha, no entanto, objetivos ambiciosos, como a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional; a criação de estado federal; a reforma da constituição para estabelecer regime democrático pleno; e o desenvolvimento econômico e social.

Não logrou, contudo, avançar nesses objetivos ao mesmo tempo em que (i) coabitava o poder com o *Tatmadaw*; (ii) enfrentava as demandas de Organizações Étnicas Armadas (EAO), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico; (iii) crescente influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo; e (iv) rápida depreciação de apoio político internacional, em razão da crise humanitária dos *Rohingya*.



Golpe de Estado

Em 1º de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Myanmar (*Tatmadaw*) decretaram estado de emergência e detiveram a conselheira de estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, além de outras autoridades e ativistas. O movimento ocorreu às vésperas da posse do Parlamento eleito em novembro de 2020, em pleito que deu ampla vitória à Liga Nacional pela Democracia (NLD), partido de Aung San Suu Kyi.

Manifestações contrárias à deposição do governo civil têm sido duramente reprimidas pelas FA e resultaram, até o início de 2023, em mais de 1400 mortos e cerca de 8500 detidos – entre políticos, jornalistas e ativistas de direitos humanos. Estão em vigor restrições à liberdade de imprensa, de movimento e de acesso à Internet. A oposição à junta formou, em 16/4/2021, governo de união nacional (*National Unity Government* – NUG) e, em 5/5/2021, instituiu força paramilitar – intitulada Força de Defesa do Povo (PDF) – para combater o *Tatmadaw*. O PDF contaria com integrantes de grupos étnicos armados, que há décadas combatem o governo central, e com ativistas da resistência organizada a partir do golpe.

Em 30/12/2022, corte da junta militar apresentou novo veredito, que condenou San Suu Kyi, de 77 anos, a sete anos de prisão, condenação que vem somar-se a diversas outras, cujas penas já totalizam 33 anos de condenações por tribunais militares.

Reação da ASEAN

Embora a ASEAN tenha a não interferência nos assuntos internos como princípio basilar das relações entre seus membros, a Associação tem buscado engajar-se na solução da crise política, que transbordou para aspectos socioeconômicos e humanitários. Em 24/4/2021, na Cúpula Especial da ASEAN sobre Myanmar, o bloco adotou o “Consenso de Cinco Pontos”, cujos termos incluem cessação imediata da violência; diálogo construtivo entre todas as partes; designação de enviado especial da ASEAN; envio de assistência humanitária pela Associação; e visita do enviado especial da ASEAN a Myanmar para encontrar-se com todas as partes.

Desde então, não se tem logrado avanço significativo das negociações entre ASEAN e Myanmar. Até o momento, apenas a nomeação de enviado especial foi cumprida. Desde a criação do cargo, o enviado especial tem sido o ministro das Relações Exteriores do país que preside a ASEAN. A Indonésia, que assumiu a presidência rotativa em 2023, parece ter a intenção de institucionalizar a posição, ao



estabelecer o Escritório do Enviado Especial a Myanmar. Há certo consenso no CSNU de que a ASEAN deve ter centralidade na mediação da crise.

Desde outubro de 2021, após encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da Associação, a ASEAN decidiu não mais convidar representante político de alto nível de Myanmar para participar das cúpulas da ASEAN.

Em 25/7/2022, a Presidência da ASEAN emitiu declaração na qual expressou forte desapontamento com a execução de quatro ativistas da oposição (a primeira aplicação da pena capital em mais de 30 anos), apesar do apelo da Presidência e de países-membros da ASEAN pela reconsideração das sentenças. A Presidência da ASEAN considerou a aplicação das penas capitais altamente repreensíveis e uma falta de vontade para apoiar os esforços pela implementação do Consenso de Cinco Pontos.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Poucas semanas após o golpe de Estado, o CSNU emitiu declaração (S/PRST/2021/5) condenando o uso de violência em Myanmar e expressando continuado apoio à transição democrática no país. Não houve referências a medidas adicionais que poderiam ser adotadas pelo CSNU ou condenação ao golpe.

O CSNU adotou, em 8/12/2021, declaração à imprensa sobre a situação no país. No comunicado, os membros do Conselho expressaram profunda preocupação com as condenações contra a ex-conselheira de estado e o ex-presidente, além de reiterar chamada pela libertação de todos arbitrariamente detidos desde 1/2/2021.

Em 27/7/2022, o CSNU, sob a presidência do Brasil, emitiu declaração à imprensa sobre a situação de Myanmar na qual condenou a execução de ativistas da oposição pelos militares myanmarenses. O CSNU ecoou o pedido do secretário-geral da ONU pela imediata soltura de todos os prisioneiros detidos arbitrariamente, inclusive o presidente Win Myint e a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi. Os membros do CSNU reiteraram apoio aos esforços da ASEAN e de sua presidência pela efetiva e completa implementação do Consenso de Cinco Pontos. Conclamaram pela imediata cessação de todas as formas de violência, pleno respeito aos direitos humanos e ao estado de direito e reiteraram apoio à transição democrática em Myanmar.

A única resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, em dezembro de 2022, com voto favorável do Brasil, sobre a situação em Myanmar (2669/2022) exige o fim imediato de todas as formas de violência no país; insta Myanmar libertar todas os arbitrariamente presos; reitera o apelo à manutenção das instituições e processos



democráticos e ao diálogo; reconhece o papel central da ASEAN para chegar a solução pacífica; e conclama as autoridades de facto a aterem-se ao Consenso de Cinco Pontos.

Desde então, no entanto, não houve avanços significativos no CSNU, apesar dos sinais de agravamento da violência. Em diferentes oportunidades, não se reuniu consenso entre os membros sobre como e se o CSNU deveria manifestar-se. Alguns membros do CNSU têm alegado serem prematuras manifestações sobre incidentes a respeito dos quais não há possibilidade de verificação independente.

Em que pesem as discussões no CSNU, alguns países já vêm adotando sanções econômicas unilaterais a indivíduos, empresas e outras instituições ligadas à junta militar, incluindo congelamento de ativos e restrição de acesso a recursos. Outros suspenderam projetos de cooperação e assistência oficial ao desenvolvimento.

Crise humanitária no Arracão (*Rakhine*)

Problema mais recente, porém com raízes igualmente profundas e maior repercussão internacional, é a crise humanitária no estado do Arracão: região onde coexistem indivíduos das etnias *Rakhine* (budistas) e *Rohingya* (mulçumanos) e com 78% da população abaixo da linha da pobreza (dobro da média nacional). A partir de 25/8/2017, mais de 1,2 milhão de indivíduos da etnia *Rohingya* buscaram refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados.

Conquanto o governo de Myanmar tenha firmado, em 2018, memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a repatriação de refugiados, diversos fatores desencorajam o retorno dos deslocados, como o *status* de apatridia dos *Rohingya* e a falta de liberdade de movimentação, imposta pelas leis vigentes em Myanmar, nos níveis federal, estadual ou municipal.

Acontecimentos recentes

O segundo semestre de 2022 foi marcado pela intensificação da violência do *Tatmadaw* em ataques contra áreas do território de Myanmar fora de seu controle integral. O aumento da violência tem provocado reações internacionais. Em outubro, o Grupo de Ação Financeira Internacional-GAFI reincluiu o país na lista de "jurisdições de alto risco", que requerem monitoramento minucioso de atividades bancárias possivelmente relacionadas a lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.



Em 16/11/2022, o governo de Myanmar anunciou a anistia de aproximadamente 6.000 prisioneiros políticos, dentre os quais proeminentes políticos oposicionistas e estrangeiros. Estão entre os anistiados a ex-embaixadora do Reino Unido em Myanmar, Vicky Bowman, o nacional australiano Sean Turnell, assessor econômico de Aung San Suu Kyi entre 2016 e 2021, e o cineasta japonês Toru Kubota. Foram libertados, ainda, dois ex-ministros de Estado da gestão de Aung San Suu Kyi, ativistas pró-democracia e o porta-voz da Liga Nacional pela Democracia (NLD), entre outros proeminentes políticos oposicionistas.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe militar de 2021, Myanmar buscava maior inserção internacional, especialmente a partir de 2016, com a eleição democrática do NLD. Apesar de tentativas de aproximação com o Ocidente, as principais parcerias de Myanmar ocorrem com países asiáticos, como China, Índia, países-membros da ASEAN, Japão e Coreia do Sul. Vários desses países mantêm investimentos de longo prazo em Myanmar, como financiamentos em infraestrutura e a criação de Zonas Econômicas Especiais.

ASEAN

A ASEAN, de que Myanmar é parte desde 1997, constituía espaço privilegiado da atuação diplomática myanmarensse. Além de possuir fronteira com dois dos dez membros da Associação (Laos e Tailândia), há a percepção de que a ASEAN foi generosa ao aceitar Myanmar como membro, em período anterior à redemocratização. No entanto, apesar do princípio da ASEAN de não interferência nos assuntos internos dos países-membros, percebe-se crescente pressão da Associação em relação à crise política em Myanmar desde fevereiro de 2021.

China

A China tem encontrado, nos últimos anos, novos espaços de atuação no país. Na esfera dos investimentos, o apoio da China a grandes projetos de infraestrutura – por meio do Corredor Econômico China-Myanmar (CMEC), parte da *Belt and Road Initiative* (BRI) – tem sido decisivo à aproximação entre os países. A posição geográfica de Myanmar é estratégica para que a China tenha acesso ao Sul e Sudeste da Ásia pelo Oceano Índico.



Em abril de 2022, a China inaugurou corredor de comércio que diminui em 50% o tempo de transporte de produtos chineses até o Oceano Índico. Já em junho de 2022, a China anunciou a conclusão do estudo de viabilidade para o projeto de ampliação do porto de Wan Pong, no rio Mekong. A China planeja, ainda, construir ao menos sete represas no rio Salween. Planejada por empresas chinesas e tailandesas, a represa de Mong Tan, com 7,110 MW, será a maior hidrelétrica de Myanmar.

Japão, Coreia do Sul e Índia

Japão, Coreia do Sul e Índia são importantes investidores no país e, assim como Singapura, destino de preferência dos jovens de Myanmar que têm condições de estudar no exterior. Em termos comerciais, os três países patrocinam ao menos uma Zona Econômica Especial e vinham aumentando os fluxos bilaterais.

Japão, Coreia do Sul e Índia são, ainda, relevantes para Myanmar em termos de cooperação técnica. Tóquio possui a maior carteira de projetos no país, que abrangem desde agricultura a planejamento urbano.

Rússia

Em 2022, a Rússia tornou-se o maior fornecedor de equipamento militar para Myanmar. Em agosto de 2022, o chanceler russo, Sergey Lavrov, visitou Nay Pyi Taw. Em setembro daquele mesmo ano, o presidente do Conselho de Administração do Estado Min Aung Hlaing visitou pela terceira vez em um ano a Rússia, por ocasião do Foro Econômico do Leste, em Vladivostok. Reuniu-se, pela primeira vez, com o presidente Vladimir Putin.

Plano Multilateral

Myanmar participa de cerca de 40 organizações internacionais. Além da ASEAN e da ONU, merece destaque a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (*BIMSTEC*), ligação entre o Sul e o Sudeste da Ásia. Outras organizações das quais Myanmar é parte são: o Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (*AIEA*); o Movimento dos Países Não Alinhados (*MNA*); a Corporação Financeira Internacional (*CFI*), do Grupo Banco Mundial; o G-77; e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*).



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Com PIB aproximado de US\$ 278 bilhões – em termos de paridade de poder de compra (*PPP*, em inglês) –, a economia de Myanmar vinha apresentando, de 1992 até 2019, taxas de crescimento anual superiores a 5%, com pico 15,3%, em 2004.

Entre os principais impulsionadores dessa expansão acelerada do PIB, destacavam-se (i) exportações de recursos naturais – como gás natural, cereais, produtos de madeira e pedras preciosas (sobretudo jade) –; (ii) Investimentos Estrangeiros Diretos (*IEDs*); (iii) rápido crescimento dos setores industrial e de serviços – com destaque para a indústria têxtil –; e (iv) aumento da renda e do consumo interno. Entre 2005 e 2017, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza reduziu-se pela metade.

Desde o início da pandemia, em 2020, e em especial das instabilidades decorrentes do golpe de estado de 1/2/2021, observou-se rápida deterioração da situação econômica no país. De crescimento de 6,5% em 2019, o PIB avançou 3,2% no primeiro ano da pandemia (2020) e recuou quase 18% no primeiro ano com o novo regime militar (2021), a maior recessão já registrada no país. Em 2022, o FMI registrou recuperação de cerca de 2,0%, com estimativa de crescimento de 2,6% em 2023.

Comércio exterior e investimentos estrangeiros

Membro da ASEAN desde 1997, Myanmar dispõe de acesso facilitado aos principais mercados mundiais – Austrália, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia e União Europeia –, por meio da rede de acordos mantida pela Associação, tanto para comércio quanto para investimentos. O país também integra a Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (*BIMSTEC*), que visa a fomentar o desenvolvimento econômico de seus membros.

Com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e manter o crescimento econômico acelerado, o país vinha envidando esforços para modernizar leis e regulamentos. As leis *Arbitration Law* (2016), *Investment Law* (2017) e *Companies Law* (2018) tiveram por objetivo aumentar a segurança jurídica e previsibilidade para investidores, afrouxar entraves burocráticos e agilizar permissões para negócios.

De acordo com o Diretório de Investimento e Administração de Empresas (*DICA*), os *IEDs* de empresas estrangeiras somavam, até pouco antes do golpe de 2021, mais de US\$ 83 bilhões e originavam-se de parceiros asiáticos: Singapura,



China, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Malásia, Japão e Índia, que juntos correspondiam a quase 90% do capital. Os 10% restantes vinham do Reino Unido e dos Países Baixos.

Estatísticas divulgadas em abril de 2022 mostraram Singapura como o maior investidor estrangeiro no país, com investimentos nas áreas de desenvolvimento urbano, imóveis, energia e indústria. A China, por sua vez, ocupava a segunda posição, com projetos nas áreas de energia e de infraestrutura. Em seguida, a lista apresentava Hong Kong, Coreia do Sul, Taipé, Tailândia, Indonésia e Japão.

Em termos de comércio exterior, estatísticas oficiais de 2021 mostraram um fluxo total de US\$ 30 bilhões, queda de 15% no comparativo anual. Foram US\$ 15,3 bilhões em exportações e US\$ 14,7 bilhões em importações.

No primeiro semestre do ano fiscal 2022-2023, o país registrou fluxo de US\$ 17 bilhões, montante que representa aumento de 21% em relação ao período anterior. Os principais produtos exportados pelo país foram petróleo e gás natural (21,2%); itens de vestuário (16,5%); leguminosas (9,7%); e cereais (8,5%). Os principais destinos foram China, Tailândia, Japão, Índia e EUA. Já os principais produtos importados foram combustíveis (27%); equipamentos de telecomunicações (8,7%); e óleo de palma (7,7%). As principais origens foram China, Japão, Indonésia e Tailândia.

Apesar das sanções impostas a Myanmar por países ocidentais após o golpe de 2021, observa-se não ter havido queda no fluxo de comércio do país desde então.

Comércio Brasil-Myanmar

O Brasil mantém com Myanmar comércio ainda modesto, mas tradicionalmente superavitário. O máximo histórico do comércio bilateral ocorreu em 2016, quando atingiu US\$ 187 milhões.

Em 2022, o comércio bilateral foi de US\$ 76,2 milhões – queda de 9,8% em comparação a 2021. As vendas brasileiras àquele país registraram US\$ 64,4 milhões (queda de 16,4%), enquanto as compras alcançaram US\$ 11,8 milhões (alta de 57,3%). O superávit brasileiro foi de US\$ 52,6 milhões.

Assim como acontece com os demais membros da ASEAN, a pauta exportadora do Brasil para Myanmar é concentrada em produtos do agronegócio. Devido a seu considerável contingente populacional e renda *per capita* em ascensão, até a pandemia e o golpe de estado em fevereiro de 2021, o país enquadrava-se nos mercados com grande potencial para as exportações desse competitivo setor da economia brasileira.



Os principais produtos vendidos pelo Brasil em 2022 foram farelo de soja (65% do total); carnes e miudezas comestíveis (25%); e café torrado (5,6%). Na pauta importadora brasileira, há preponderância de produtos manufaturados, em especial vestuários e casacos, que correspondem a quase 70% da pauta, seguido de calçados (11%), madeira (6,1%) e aparelhos elétricos (4,5%).

Até maio de 2023, o comércio bilateral registrou US\$ 20,4 milhões (+22,9%), com exportações brasileiras de US\$ 14,9 milhões, (+15,5%), importações de US\$ 5,5 milhões (+48,6%) e saldo positivo de US\$ 9,4 milhões.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1057	Fundação do primeiro estado birmanês unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmanesa.
1852-53	Segunda Guerra Anglo-Birmanesa.
1885-86	Terceira Guerra Anglo-Birmanesa. Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido retoma o controle da colônia.
1948	Birmânia torna-se independente.
1955	Primeiro-ministro birmanês cofunda o Movimento Não Alinhado.
1961-71	O birmanês U Thant é eleito secretário-geral da ONU.
1962	Golpe de Estado dá início a regime militar que duraria até 2011.
1975	Criação da Frente Nacional Democrática e organização de guerrilhas insurgentes.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com milhares de mortes.
1989	Decretada lei marcial. Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (<i>NLD</i>), é colocada em prisão domiciliar. Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
1990	<i>NLD</i> ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN.
2006	Inauguração da nova capital, Nay Pyi Taw.
2007	China e Rússia vetam proposta de resolução do Conselho de Segurança que instava o governo a cessar ataques a minorias étnicas e a libertar prisioneiros políticos.
2008	Aprovação da nova Constituição (maio).
2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar (agosto).
2010	Ampla vitória do partido de base militar nas eleições gerais realizadas sem a participação de Aung San Suu Kyi, mantida em prisão domiciliar até o fim do pleito (novembro).
2011	Posse do presidente Thein Sein (março).
2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (<i>NLD</i>) e eleição de Aung San Suu Kyi ao Parlamento (abril).



	Visita do presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados (abril).
	Presidente Thein Sein visita Washington (maio).
	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final do ano (julho).
2015	Assinatura do Acordo de cessar-fogo de abrangência nacional (<i>Nationwide Ceasefire Agreement</i>), com oito <i>EAO</i> (outubro).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2016	Htin Kyaw, do <i>NLD</i> , assume como presidente e Aung San Suu Kyi é nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Casa Civil e conselheira de Estado (março).
2017	Em 25/08/2017, mais de 720 mil myanmarenses da etnia <i>Rohingya</i> buscam refúgio no Bangladesh, após episódios de extrema violência contra eles perpetrados.
2018	Myanmar firma memorando de entendimento com o ACNUR e o PNUD em apoio à criação de condições para retorno dos refugiados no Bangladesh (junho).
	Estabelecimento da Comissão Independente de Investigação (<i>ICOE</i>), para investigar os ataques ocorridos a partir de 25 de agosto de 2017 (julho).
	Fracasso da primeira tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> refugiados no Bangladesh, mesmo após acordo bilateral (novembro).
2019	Formação da comissão parlamentar para elaborar propostas para revisão da Constituição (fevereiro).
	Myanmar condiciona a repatriação dos <i>Rohingya</i> ao registro no cartão nacional de verificação (CNV), em que são obrigados a autodeclararem-se “bengali”, ainda que consigam comprovar que vivem em Myanmar há, pelo menos, duas gerações (julho).
	Fracasso da segunda tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> . O governo myanmarensse atribui o insucesso à atuação de organizações não governamentais e de membros do <i>Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA)</i> , bem como ao descumprimento, segundo Myanmar, por parte do Bangladesh, das normas previstas no acordo bilateral entre os dois países (agosto).
	A pedido da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), a Gâmbia inicia processo contra Myanmar na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sob alegação de violações à Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio praticadas, pelo menos desde 2016, contra a etnia <i>Rohingya</i> (novembro).
	A conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, decide chefiar a



	delegação myanmarensa que participa das audiências públicas sobre o caso na CIJ (dezembro).
2020	Em antecipação a decisão desfavorável no âmbito da Corte, o governo myanmarensa divulga, em 20 de janeiro, relatório da <i>ICOE</i> em que se verificaram apenas crimes de guerra, sem genocídio, inclusive citando membros do <i>Tatmadaw</i> (janeiro).
	Em 23 de janeiro, a CIJ atende pedido da Gâmbia e adota medidas cautelares que demandam que, enquanto o julgamento do caso não for concluído, Myanmar não cometa atos de genocídio contra os <i>Rohingya</i> e relate regularmente a implementação dessa ordem (janeiro).
	O Parlamento rechaça as propostas de emenda à Constituição elaboradas pela comissão parlamentar. Entre elas, destacam-se a possibilidade de que a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi assumisse a presidência do país; e a gradual redução do número de parlamentares indicados pelo <i>Tatmadaw</i> (março).
	A despeito dos apelos de cessar-fogo feitos pelo secretário-geral da ONU e pela comunidade internacional, as tensões entre grupos militares e o governo aumentam, desde fins de março. Entre as vítimas civis, ataque a tiros contra veículo da OMS que transportava amostras para testes da COVID-19 provocou a morte do motorista (abril).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2021	O <i>Tatmadaw</i> decreta estado de emergência e detêm a conselheira de estado Aung San Suu Kyi, líder <i>de facto</i> daquele país, e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas (fevereiro).
	A oposição forma o Governo de União Nacional (<i>National Unity Government</i>) (abril).
	A ASEAN adota o “Consenso de Cinco Pontos” (abril).
	O chanceler do Brunei, Erywan Yusof, é designado enviado especial da ASEAN para Myanmar (agosto).
	O chanceler do Camboja, Prak Sokhonn, é designado enviado especial da Presidência da ASEAN para Myanmar (dezembro).
	Primeiras sentenças condenatórias contra Aung San Suu Kyi (dezembro).
	A singapurense Noeleen Heyzer inicia os seus trabalhos como enviada especial do secretário-geral da ONU para Myanmar, sem poder visitar o país (dezembro).
2022	Visita do primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, a Myanmar (janeiro)



	O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (março).
	A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, é transferida da prisão domiciliar para presídio (junho).
	O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (junho).
	A junta militar de Myanmar anuncia a execução de quatro ativistas da oposição, primeira aplicação da penal capital no país em mais de trinta anos (julho).
	O CSNU, sob a presidência de turno brasileira, emite a nota à imprensa SC/14986 a respeito da execução dos ativistas (julho).
	A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, 77 anos, recebe novas condenações por tribunal especial, elevando a 33 anos a sua pena de prisão (agosto, setembro e dezembro).



CRONOLOGIA BILATERAL

1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do professor Paulo Sérgio Pinheiro como relator especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
2007	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Maung Myint
	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kyaw Thu, na III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília
2008	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília (novembro)
2010	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon (janeiro)
	Apresentação de credenciais do embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Nay Pyi Taw (novembro)
2011	O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Wunna Maung Lwin, participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro)
2012	A subsecretária-geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral (fevereiro)
	Vice-presidente de Myanmar visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente da República, Michel Temer (junho)
	Brasil doa US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de <i>Rakhine</i> , por meio do ACNUR (setembro)
2013	Visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman Benjamin, em que foram tratados temas relativos a cooperação judiciária e questões ambientais (julho)
	Visita do diretor da ABC, com técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e do Instituto Butantan, para estabelecimento do programa para aprimorar metodologias e técnicas de produção de



	soro antiofídico (agosto)
2015	Visita do ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural de Myanmar, U Ohn Myint (maio).
	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (agosto).
2018	Vinda ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental, Ohn Winn, na condição de chefe de delegação, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março) .
	III Reunião de Consultas Políticas, em Nay Pyi Taw (agosto).
2021	O embaixador do Brasil em Myanmar, Carlos Paranhos, apresenta credenciais ao presidente Win Myint (janeiro).
2022	Assinatura do Ajuste Complementar para a implementação do projeto “Melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico em Myanmar – fase II: qualidade do antiveneno”, tendo como signatário, pela parte brasileira, o diretor da ABC, embaixador Ruy Pereira, e, pela parte myanmarensse, o embaixador de Myanmar em Brasília Myo Tint (março).
	O embaixador Carlos Paranhos visitou Nay Pyi Taw de 30/05 a 01/06/2022, tendo sido recebido pelo chanceler Wunna Maung Lwin e por vários diretores-gerais.
	O novo embaixador de Myanmar em Brasília, Aung Kyaw Zan, apresenta suas cartas credenciais ao vice-presidente da República. (novembro).
	Libertação de 13 nacionais brasileiros mantidos em situação de trabalho análoga à escravidão por grupos criminosos na fronteira de Myanmar (dezembro).



ACORDOS BILATERAIS			
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	27/02/2012	27/02/2012	21/05/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/08/2015	26/09/2015	17/09/2015
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	29/08/2018	11/04/2019

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	27/02/2012	27/02/2012	21/05/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/08/2015	26/09/2015	17/09/2015
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	29/08/2018	11/04/2019



Mensagens da Presidência da República

- N° 54, de 2023 (nº 389/2023, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar; e

- N° 55, de 2023 (nº 390/2023, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

As matérias vão à CRE.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3739, DE 2023

Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3739/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/23341.16496-26

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O caput do art. 3º da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 3º

XIV – promoção gratuita de atividades desportivas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei tem por objetivo incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 217, que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4064286774>

Avulso do PL 3739/2023 [2 de 5]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS**

SF/23341.16496-26

direito de cada um, inclusive prevendo, no inciso II do caput daquele artigo, a destinação de recursos públicos para o desporto educacional e de alto rendimento e, em seu § 3º, o incentivo ao lazer, como forma de promoção social associado às práticas desportivas.

É certo que para o efetivo cumprimento do mandamento constitucional torna-se fundamental a existência de um arcabouço jurídico capaz de transformar a intenção do Constituinte em prática da sociedade.

Neste sentido, observam-se vários avanços ao longo dos últimos anos, como a aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte, em 2006, a criação do Programa Atletas de Alto Rendimento, em 2008, e a aprovação da Lei Geral do Esporte, em 2023. Há, ainda neste sentido, outras iniciativas legislativas que buscam aprimorar o arcabouço existente, como o Projeto de Lei nº 635, de 2020, de minha autoria, que busca incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organização Social (OS), nos termos da Lei 9.637, de 15 de maio de 1998.

Apesar disso, importante lacuna legislativa ainda existe: hoje, as entidades do terceiro setor que atuam na forma de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, valendo-se desta qualificação, recebem recursos públicos para a realização de suas atividades em benefício da sociedade, não possuem a previsão legal de poder atuar de maneira direta na promoção gratuita de atividades desportivas.

O que se observa, na prática atual, é que as OSCIPs que realizam atividades na área desportiva precisam atuar também em outra área já passível de qualificação, como a promoção da assistência social, da cultura, ou a promoção gratuita da educação, para que possam obter recursos públicos e destiná-los para as suas atividades.

De modo a conferir maior segurança jurídica às práticas atuais e, além disso, possibilitar a atuação das OSCIPs de maneira exclusiva e dedicada às práticas desportivas, faz-se necessária a inclusão destas atividades, nos termos do mandamento constitucional, no rol de objetivos sociais que permitem a qualificação de uma organização sem fins lucrativos como OSCIP.



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4064286774>

Avulso do PL 3739/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/23341.16496-26

Desta forma, considerando a importância do tema para o contínuo desenvolvimento do arcabouço jurídico desportivo, apresento este Projeto de Lei e conclamo meus pares para o apoio e aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senadora **LEILA BARROS**



Assinado eletronicamente por Sen. Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4064286774>

Avulso do PL 3739/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998 - LEI-9637-1998-05-15 - 9637/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9637>
- Lei nº 9.790, de 23 de Março de 1999 - Lei da OSCIP; Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - 9790/99
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9790>
 - art3_cpt
- urn:lex:br:federal:lei:2020;635
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;635>

Avulso do PL 3739/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3743, DE 2023

Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3743/2023 [1 de 4]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO**

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte incisos VI:

"Art. 1º.....

VI - Motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, com mais de (dez mil), 10.000 corridas comprovadas, com mais de 5 anos de atividade de condutor autônomo de passageiros e que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel na forma prevista no inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. " (NR)

§ 1º - A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata, somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de dois anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3485495748>

Avulso do PL 3743/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/23905.26750-26

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei busca trazer justiça tributária, aos motoristas cadastrados em aplicativos que exercem profissionalmente, como os taxistas, a atividade de condutor autônomo de passageiros.

Apesar de exercerem o mesmo ofício, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, somente beneficia os taxistas com a isenção de IPI sobre a aquisição de veículos automotores. Essa é uma situação, no mínimo, discriminatória. Deve-se ter em mente que, quanto mais cara for a aquisição do veículo, mais difícil será para o profissional adquirir um automóvel novo, com certeza mais seguro, para o transporte de seus passageiros.

No fim das contas, essa discriminação leva os cidadãos a se verem privados de um dos direitos constitucionais entabulados no art. 6º da Constituição Federal, pois é notório que os motoristas de aplicativos, ofertam um serviço de transporte mais acessível à população. Todo contribuinte que se encontre na mesma situação deve ter o mesmo tratamento tributário, sendo vedada qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas art. 150, (CF).

A isenção de IPI sobre a compra do veículo de condução dos passageiros, irá evitar a perpetuação dessa injusta com os motoristas cadastrados em aplicativos.

Pelo mérito evidente desta iniciativa, temos a certeza de contar com o apoio de nossos Nobres Pares para a aprovação desse projeto.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3485495748>

Avulso do PL 3743/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art6
- Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis - 8989/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;8989>
 - art1
- Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012 - Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei de Mobilidade Urbana - 12587/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12587>
 - art4_cpt_inc10

Avulso do PL 3743/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3744, DE 2023

Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização de órtese e próteses.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3744/2023 [1 de 4]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI N° , DE 2023**

SF/23873.88075-36

Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização de órtese e próteses.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º- O art. 8º, e 28, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12º

XLII – órteses e próteses.” (NR)

“Art. 28

XXXIX- órteses e próteses.” (NR) ”

Art. 2º - Para fins do disposto no art.14 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º, do art.165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentaria cuja apresentação ocorrer após sessenta dias de publicação desta lei.

Parágrafo único - O benefício de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7499459969>

Avulso do PL 3744/2023 [2 de 4]



SENADO FEDERAL

SF/23873.88075-36

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de Lei tem por objetivo estabelecer diretamente à pessoa portadora de necessidade especial física, visual e auditiva, a isenção do imposto de importação na internação em território nacional de próteses e órteses, quando não existam similares fabricados em território nacional, e a isenção do imposto sobre produtos industrializados, quando da aquisição desses mesmos produtos fabricados no Brasil.

A isenção desses tributos assegurará melhor acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais que, com o uso de próteses e órteses adequadas e a preços mais módicos (geralmente, esses produtos possuem um alto custo), terão maior capacidade de locomoção, manuseio, audição e outros sentidos, bem como minimizará as agruras vividas diuturnamente por esses deficientes.

Pelos motivos dissertados e demonstrados de real e veemente necessidade de apoio, inclusão social e acessibilidade, proponho o presente contando com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitonho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7499459969>

Avulso do PL 3744/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art165_par6
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - art14
- Lei nº 10.865, de 30 de Abril de 2004 - LEI-10865-2004-04-30 - 10865/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10865>

Avulso do PL 3744/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3745, DE 2023

Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3745/2023 [1 de 4]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI N° , DE 2023**

SF/23940.35985-61

Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º-O art. 6º-B da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do inciso IV com a seguinte redação:

“Art. 6º-B

IV – advogado que prestar efetivos serviços nas defensorias públicas, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As defensorias públicas, tanto federais como estaduais, andam sempre abarrotadas de pessoas carentes procurando assistência jurídica que, quase constantemente, não são atendidas em virtude da carência de profissionais habilitados.

Nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, de nossa Constituição Federal, o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1079612068>

Avulso do PL 3745/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

SF/23940.35985-61

A Lei 10.260/01 já permite que professores e médicos possam abater do saldo devedor de seu financiamento junto ao FIES, a prestação de serviços, sendo assim propomos estender tal permissivo aos advogados, para que também paguem com serviços os seus débitos junto ao Governo Federal pelo programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Isso é extremamente relevante para o Estado, que prestaria serviços jurídicos mais efetivos à população atendendo o direito do cidadão a essa demanda social e por outro lado, receberia recurso pelo pagamento do Fies.

Assim, conto com o apoio dos ilustres congressistas a essa proposta.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1079612068>

Avulso do PL 3745/2023 [3 de 4]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- urn:lex:br:federal:lei:1901;10260
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1901;10260>
- Lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001 - Lei do Financiamento Estudantil; Lei do Fies (2001) - 10260/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10260>
 - art6-2

Avulso do PL 3745/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3746, DE 2023

Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeira de rodas motorizadas.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3746/2023 [1 de 5]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI N° , DE 2023**

SF/23552.24365-61

Acrescenta a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a redução a zero da alíquota de contribuição para o PIS/Pasep e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeira de rodas motorizadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º- O art. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12º

XLI – cadeiras de rodas e outros veículos para pessoas com incapacidades, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão classificáveis na posição 87.13 da tabela TIPI de incidência do imposto sobre produtos industrializados.” (NR)

“Art. 28

XXXVIII- cadeiras de rodas e outros veículos para pessoas com incapacidades, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão classificáveis na posição 87.13 da tabela TIPI de incidência do imposto sobre produtos industrializados.” (NR)

Art. 2º - Para fins do disposto no art.14 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art.165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentaria cuja apresentação ocorrer após sessenta dias de publicação desta lei.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1210801323>

Avulso do PL 3746/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23552.24365-61

Parágrafo único - O benefício de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art.2º.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o senso Demográfico de 2022, o Brasil tenha cerca de 7.8 milhões de deficientes físicos. Destes mais 3 milhões são cadeirantes. A organização das Nações Unidas preocupa-se com o problema, que é mundial. Em 1975, foi editada a Resolução nº 2542/75, dispondo sobre a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências.

Diversas Leis vêm sendo editadas no objetivo de promover a integração dos portadores de deficiência física à vida social, dando cumprimento à Resolução das Nações Unidas.

Destacam-se, entre elas, as que dispõem sobre acessibilidade, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos de vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação.

Todavia, deve-se convir que, embora indispensável e louvável, o esforço oficial para criar condições arquitetônicas para a livre movimentação dos portadores de deficiência cai no vazio se não lhes são proporcionadas condições para aquisição do equipamento individual destinado a suprir a sua deficiência. No caso, a cadeira de rodas, de preferência a dotada de propulsor.

Lamentavelmente as cadeiras de rodas ficam distante do poder aquisitivo da maioria dos que dela necessitam. É frequente assistir a programas nos meios de comunicação explorando a caridade pública para aquisição de cadeiras destinadas à doação aos necessitados. Tais programas são meritórios, sem dúvidas, mas representam o descaso que o Estado atribui



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Claitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1210801323>

Avulso do PL 3746/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23552.24365-61

a um problema que deveria ser prioritário, na busca de reabilitar e de integrar aquelas pessoas à plena vida econômica e social.

O benefício de alíquota zero nas contribuições para o PIS/Pasep e COFINS que se pretende outorgar às cadeiras de rodas, motorizadas ou não, especificada no projeto que ora se coloca à discussão, tem o objetivo apenas de complementar a política já delineada pelo Governo Federal em favor das pessoas com deficiência motora.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG**



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1210801323>

Avulso do PL 3746/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art165_par6
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - art14
- Lei nº 10.865, de 30 de Abril de 2004 - LEI-10865-2004-04-30 - 10865/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10865>

Avulso do PL 3746/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3748, DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces.

AUTORIA: Senadora Augusta Brito (PT/CE)



Avulso do PL 3748/2023 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23036.49758-30

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre medidas destinadas a prevenir a evasão escolar motivadas pela gravidez, maternidade ou parentalidade precoces.

Art. 2º Os arts. 4º, 12 e 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores, mães, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, creche para seus filhos e assistência à saúde;

.....” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23036.49758-30

“Art. 12.

XII – promover ações integradas com os conselhos de direitos das crianças e adolescentes para a criação dos meios necessários voltados à prevenção e enfrentamento da evasão escolar provocada pela gravidez, maternidade ou parentalidade precoces.” (NR)

“Art. 53.

XI – desenvolver condições para o acolhimento de filhos de mães e pais estudantes.

.....” (NR)

Art. 3º Os arts. 9º, 54, 57, 136, 208 e 260-I da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O poder público, as instituições, as escolas e os empregadores propiciará condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães estudantes ou submetidas a medida privativa de liberdade.

.....” (NR)

“Art. 54.

VIII – oferta de condições adequadas para que mães e pais adolescentes possam frequentar as escolas, inclusive com a oferta de creches e espaços lúdicos adequados no próprio ambiente escolar.

.....” (NR)

“Art. 57.

Parágrafo único. Cabe ao poder público desenvolver e estimular o desenvolvimento de programas voltados ao enfrentamento da evasão escolar especialmente dirigidos para meninas e meninos que tenham abandonado a escola em razão da gravidez, maternidade ou parentalidade precoces.” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23036.49758-30

“Art. 136.

.....
XXI – elaborar, junto com a escola, plano individual de atendimento a adolescentes em situação de gravidez, maternidade ou parentalidade precoces, a fim de prevenir o abandono escolar.

.....” (NR)

“Art. 208.

.....
XII – de ações, serviços e programas de atendimento a adolescentes que enfrentem gravidez, maternidade ou parentalidade precoces voltados à prevenção do abandono escolar e à busca ativa daqueles que tenham abandonado a escola, especialmente das adolescentes que estejam grávidas ou sejam mães.

.....” (NR)

“Art. 260-I.

.....
II – as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, incluindo aquelas dedicadas a prevenir a evasão escolar, especialmente de meninas e meninos que venham enfrentando gravidez, maternidade ou parentalidade precoces;

.....” (NR)

Art. 4º A Lei nº 8.069, de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 245-A:

“Art. 245-A. Deixar o responsável por estabelecimento educacional de acolher mãe ou pai estudante em razão de sua necessidade de permanecer com filho, sem prejuízo de outras providências cabíveis:

Pena – multa de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$3.000,00 (três mil reais). ”

Art.5º Esta Lei passa a vigorar na data da sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23036.49758-30

JUSTIFICAÇÃO

O exercício da maternidade durante o período escolar é um desafio muitas vezes intransponível para mulheres na vida adulta. As dificuldades avultam quando se trata de adolescentes que enfrentam a necessidade de levar adiante uma gravidez, muitas vezes não planejada, conciliando-a com os estudos.

Ocorre que muitos adolescentes, com um peso maior para as meninas, se deparam cedo em suas vidas com as responsabilidades de uma gravidez e da maternidade. Em razão das dificuldades geradas por essa situação, cuja capacidade de acolhimento pelo poder público, família e sociedade ainda é precária, elas acabam dando início (ou continuidade) a um círculo vicioso capaz de impactar gerações.

É que a concepção precoce agrava situações de pobreza, compromete a saúde da mãe, provoca a interrupção dos estudos e dificulta a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Dados do Unicef apontam que o Brasil é o 4º país da América do Sul com o maior número de adolescentes grávidas, registrando 68,4 para cada mil meninas. E de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2016, 35% das jovens fora da escola com idade entre 15 e 17 anos já eram mães. Conforme levantamento da Fundação Abrinq, o Brasil ainda registrou, em 2019, mais 360 mil nascimentos de bebês filhos de adolescentes com idade entre 15 e 19.

Em Fortaleza, de acordo com a Secretaria de Saúde do Município, uma de cada dez crianças nascidas na cidade no período entre 2020 e 2022 tiveram meninas e jovens como mães.

Os números vêm caindo, mas ainda são alarmantes o suficiente para justificar uma rápida ação do poder público no sentido de evitar que a maternidade e a parentalidade comprometam o futuro de nossos adolescentes e de seus filhos.

Portanto, as políticas públicas para a área precisam considerar esse fator na alocação de recursos financeiros, técnicos e de conhecimento aplicados no desenvolvimento educacional. É preciso que as normas

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo I, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 14 | 70.165-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3303-5940 | sen.augustabrito@senador.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8250357431>

Avulso do PL 3748/2023 [5 de 7]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23036.49758-30

importantes de proteção da infância e adolescência não mais ignorem a realidade dessas meninas e meninos que, em tão tenra idade, já precisam assumir responsabilidades perante outras meninas e meninos.

Por isso, proponho modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais têm a finalidade maior de tirar esse grave problema da completa invisibilidade das políticas públicas.

De fato, é um enorme desafio cuidar de meninas que já são mães, provendo espaço e condições adequados para elas e seus filhos. Hoje, entretanto, somente elas enfrentam esse problema de maneira absolutamente desproporcional, quando a Constituição designa como responsáveis não apenas a família, mas também o Estado e a sociedade.

É preciso, pois, manifestar o amparo, a solidariedade e o cuidado de que a nossa infância e a adolescência tanto necessitam.

Pelo exposto, conto com o apoio de todas e todos à proposição que ora encaminho.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo I, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 14 | 70.165-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3303-5940 | sen.augustabrito@senador.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8250357431>

Avulso do PL 3748/2023 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - art9
 - art54
 - art57
 - art136
 - art208
 - art260-9
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - art4
 - art12
 - art53





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3749, DE 2023

Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor.

AUTORIA: Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3749/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23130.05816-14

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera o art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a manifestação da ofendida previamente à decisão que revogar medida protetiva de urgência aplicada ao agressor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, passa a viger com a seguinte redação:

“**Art. 19.**

.....

§ 6º As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes, independentemente da extinção da punibilidade do agressor.

§ 7º A decisão sobre a revogação de medida protetiva de urgência que obrigue o agressor será precedida de manifestação da ofendida, devendo a medida cautelar ser mantida, caso a situação de violência ainda perdure.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A despeito das recentes modificações promovidas pela Lei 14.550, de 19 de abril de 2023, a Lei Maria da Penha ressente-se de dispositivo que consolide a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), uniformizada pela 3ª Seção, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.775.341/SP, que estabeleceu:

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo I, Ala Teotônio Vilela, gabinete nº 14 | 70.165-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3303-5940 | sen.augustabrito@senador.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Augusta Brito

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1157608567>

Avulso do PL 3749/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23130.05816-14

“.....

5. Antes do encerramento da cautelar protetiva, a defesa deve ser ouvida, notadamente para que a situação fática seja devidamente apresentada ao Juízo competente, que diante da relevância da palavra da vítima, verifique a necessidade de prorrogação/concessão das medidas, independente da extinção de punibilidade do autor.

6. Agravo regimental provido para que a agravante seja ouvida acerca da necessidade das medidas protetivas de urgência à mulher em situação de violência e, caso constatada a permanência da situação de perigo, seja a referida medida concedida ou mantida.”

Conforme bem argumentou o relator, Ministro Sebastião Reis Júnior, o direito de alguém de não sofrer violência não é menos valioso do que o direito de alguém de ter liberdade de contato ou aproximação. Na ponderação dos valores não pode ser aniquilado o direito à segurança e à proteção da vítima. Então, enquanto existir risco ao direito da mulher de viver sem violência, as medidas protetivas da espécie devem ser mantidas.

Contamos, então, com o valioso voto dos ilustres Parlamentares para a aprovação deste projeto, que aprimora a Lei Maria da Penha.

Sala das Sessões,

Senadora AUGUSTA BRITO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
 - art19
- Lei nº 14.550, de 19 de Abril de 2023 - LEI-14550-2023-04-19 - 14550/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14550>

Avulso do PL 3749/2023 [4 de 4]



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 166, DE 2023

Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos das emendas parlamentares individuais sejam destinados a finalização de obras paralisadas em seus respectivos estados.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 166/2023 [1 de 4]





**SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° , DE 2023**

SF/23569.92601-99

Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos das emendas parlamentares individuais sejam destinados a finalização de obras paralisadas em seus respectivos estados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Seção III do Capítulo II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a viger acrescida do seguinte art. 7º-A:

“**Art.7º-A** Dez por cento dos recursos das emendas parlamentares individuais ao orçamento da União serão destinados à finalização de obras paralisadas no respectivo estado.

Parágrafo único. Nos termos do *caput*, equipara-se o Distrito Federal aos estados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

As obras inacabadas representam um dos problemas mais graves de malversação dos recursos públicos. Dados do Painel de Obras Inacabadas, divulgados pelo Tribunal de Contas da União em novembro de 2022, apontam a existência de 8.674 obras consideradas interrompidas, totalizando R\$ 27,2 bilhões e representando 29% das obras públicas.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3378424452>

Avulso do PLP 166/2023 [2 de 4]



SENADO FEDERAL

SF/23569.92601-99

Os prejuízos de tamanho desperdício de recursos públicos para a sociedade brasileira são os mais terríveis, indo desde a incapacidade no atendimento dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, mobilidade urbana e segurança, até impactos negativos na geração de emprego e renda, prejudicando o crescimento econômico e a produção de riquezas.

Uma das principais dificuldades para equacionar esse problema é a dificuldade em conseguir novos recursos para finalizar tais obras.

Como uma proposta para mitigar essa situação, apresento este Projeto de Lei Complementar determinando que 10% (dez por cento) dos recursos das emendas parlamentares individuais ao orçamento da União sejam direcionados para a finalização de obras inacabadas no respectivo estado do parlamentar autor da emenda. Para tanto, propomos a inclusão de um novo artigo 7º-A na Seção III do Capítulo II da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata justamente da Lei Orçamentária Anual.

Desta forma, acreditamos que iremos reunir os elementos primordiais para enfrentar de vez o problema, pois, além de novos recursos, iremos mobilizar as forças políticas que se fazem presentes no Congresso Nacional na busca da perfeita aplicação dos recursos públicos das emendas e a consequente finalização das obras.

Convictos que nossa proposta reúne os elementos fundamentais para o enfrentamento do problema, quais sejam os recursos necessários e a união política, acreditamos que ela seja merecedora da aprovação dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS/MG



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 –
Assinado eletronicamente por Sen Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3378424452>

Avulso do PLP 166/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -
101/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

Avulso do PLP 166/2023 [4 de 4]



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 13

REQ nº 00378/2023	Tereza Cristina	RISF Art. 13	05/07/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00379/2023	Jader Barbalho	RISF Art. 13	04/07/2023 e 05/07/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00380/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	11/07/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00381/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	04/07/2023 e 05/07/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00382/2023	Irajá	RISF Art. 13	De 27/07/2023 a 05/08/2023	Atividade parlamentar. Participar da Comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária na Missão Oficial aos Países Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, conforme Carta nº 29698020 / 2023 - GAB-GM.
REQ nº 00383/2023	Wilder Morais	RISF Art. 43, II	De 01/08/2023 a 03/08/2023	Licença Particular.
REQ nº 00384/2023	Alan Rick	RISF Art. 13	De 31/07/2023 a 05/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00385/2023	Daniella Ribeiro	RISF Art. 13	01/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00386/2023	Renan Calheiros	RISF Art. 13	01/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00387/2023	Giordano	RISF Art. 13	De 01/08/2023 a 03/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00388/2023	Nelsinho Trad	RISF Art. 13	03/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00390/2023	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	03/08/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00391/2023	Ciro Nogueira	RISF Art. 13	De 01/08/2023 a 05/08/2023	Atividade parlamentar. Participar da 20ª edição do Festival Céltico de Montelago, em Serravalle di Chienti, Itália.



**REQ
00378/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Tereza Cristina

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para exercer representação a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 05/07/2023.

Sala das Reuniões, 28 de julho de 2023.

**Senadora Tereza Cristina
(PP - MS)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Tereza Cristina

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8447852039>



**REQ
00379/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

SF/23888.04305-68 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 04/07/2023 e em 05/07/2023.

Sala das Reuniões, 28 de julho de 2023.

**Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9869275131>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0AD759B20055B35D.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00380/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23719.78323-86 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 11/07/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, no dia 11 de julho de 2023.

Sala das Reuniões, 31 de julho de 2023.

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Resistência Democrática**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4398927396>



**REQ
00381/2023**



REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 04/07/2023 a 05/07/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, nos dias 04 e 05 de julho de 2023.

Sala das Reuniões, 31 de julho de 2023.

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Resistência Democrática**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4519050574>



**REQ
00382/2023**

SF/23099.39681-03 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Riad (Arábia Saudita), de 27/07/2023 a 05/08/2023, a fim de fazer parte da Comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária na Missão Oficial aos Países Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, conforme Carta nº 29698020 /2023 - GAB-GM.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 27/07/2023 a 05/08/2023.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2023.

**Senador Irajá
(PSD - TO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2218725907>





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Carta nº 29698020 /2023 - GAB-GM

Brasília, 12 de julho de 2023.

*A Sua Excelência o Senhor
Senador da República IRAJÁ SILVESTRE FILHO
Senado Federal*

Assunto: Missão Oficial à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes.

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, informo que irei realizar missão oficial à Arábia Saudita e Emirados Árabes no período de 29 de julho a 3 de agosto próximo.

Considerando a importância do Oriente Médio para o agronegócio brasileiro, entendo que a ocasião será excelente oportunidade para nos aproximarmos e alavancarmos ainda mais as relações com estes importantes parceiros comerciais do Brasil.

O principal objetivo da visita será apresentar a autoridades e fundos soberanos destes países oportunidades de investimentos no agronegócio brasileiro, em especial para a recuperação de pastagens degradadas.

A chegada em Riade está programada para o dia 29 de julho, o deslocamento para Abu Dhabi no dia 31 de julho e o retorno ao Brasil no dia 3 de agosto.

Deste modo, ficarei muito honrado em contar com a presença de Vossa Excelência para me acompanhar na missão a estes países.

Na certeza de nos encontrarmos em breve, envio meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária*



Assinado eletronicamente, por Sen. Irajá
Referencia: Processo nº 21000.052202/2023-10
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2218725907>

SEI nº 29698020



**REQ
00383/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wilder Moraes

SF/23216.69804-79 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, de 01/08/2023 a 03/08/2023.

Sala das Sessões, de .

**Senador Wilder Moraes
(PL - GO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Wilder Moraes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7055304041>



**REQ
00384/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

SF/23532.10964-08 (LexEdit*)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b” do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no Acre, de 31/07/2023 a 05/08/2023, a fim de cumprir com compromissos políticos previamente assumidos no estado.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2023.

**Senador Alan Rick
(UNIÃO - AC)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855997182>



**REQ
00385/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 01/08/2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9005426956>



**REQ
00386/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/23446.11861-29 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 01/08/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Estava em reuniões externas durante todo o dia

Sala das Reuniões, 1º de agosto de 2023.

**Senador Renan Calheiros
(MDB - AL)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6373351441>



**REQ
00387/2023**



SENADO FEDERAL
Senador Giordano

SF/23320.62977-35 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 01/08/2023 a 03/08/2023.

Sala das Reuniões, 1º de agosto de 2023.

**Senador Giordano
(MDB - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Giordano

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8836583803>



**REQ
00388/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 03/08/2023.

Sala das Reuniões, 2 de agosto de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1218986909>



**REQ
00390/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 03/08/2023.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2023.

**Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4231860948>



**REQ
00391/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

SF/23441.41407-79 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Serravalle di Chienti, Itália, de 01/08/2023 a 05/08/2023, a fim de participar da 20^a edição do Festival Céltico de Montelago.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 31/07/2023 a 07/08/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Recebi o honroso convite para conhecer o trabalho de incentivo às economias locais das pequenas cidades italianas, realizado no município de Serravalle de Chienti, na província de Macerata, Itália, desde 2003. Lançando mão da história de seus ancestrais, os Celtas, os administradores públicos em parceria com a iniciativa privada, escolheram a dança, os rituais e jogos tradicionais, a literatura, oficinas de artesanato e o teatro para atrair turistas para a região. A proposta agora será levada para Portugal. Junto com as atividades ancestrais, a organização irá oferecer oficinas tecnológicas e jogos eletrônicos, como forma de atrair os jovens a conhecer mais da cultura antiga. O meu trabalho, que será levado a cabo sem qualquer ônus para a Casa, visa colher informações e experiências que possam promover o turismo no Piauí e outros lugares no Brasil, como forma de



Assinado eletronicamente, por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1119231109>



estimular as economias locais. Nos últimos anos, cerca de 20 mil pessoas passaram pelo evento, que dura três dias e é pago.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2023.

**Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)
Senador**

SF/23441.41407-79 (LexEdit)



Assinado eletronicamente, por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1119231109>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31	
MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3	
PSDB-2	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28	
PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1	
Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN
Bloco Parlamentar Vanguarda - 12	
PL-11 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagatoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Morais.	PL / GO
Bloco Parlamentar Aliança - 10	
PP-6 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirán.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mécias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS
Bloco Parlamentar Democracia	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	28
Bloco Parlamentar Vanguarda	12
Bloco Parlamentar Aliança	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12
<p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11</p> <p>Eduardo Braga (6)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8</p> <p>Efraim Filho (4,17)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7</p> <p>Oriovisto Guimarães (9)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3</p> <p>Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2</p> <p>Izalci Lucas (5)</p>	<p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 15</p> <p>Otto Alencar (7)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (51)</p> <p>Líder do PT - 8</p> <p>Fabiano Contarato (10)</p> <p>Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (49)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Jorge Kajuru (8,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (50)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 11</p> <p>Carlos Portinho (21)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1</p> <p>Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4</p> <p>Mecias de Jesus (11)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39)</p> <p>Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogerio Marinho - PL (15)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p> Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41)</p> <p>Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
51. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luís Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (1)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	6. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:

- Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
- Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLRESDEM)
8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLRESDEM).
9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagatolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).
10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiongs@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. VAGO (4,15)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
(18)	10. (18)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾

Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,17)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro**Telefone(s):** 3303-4608**E-mail:** cas@senado.leg.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,15)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. VAGO (2,8,12,16)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1,14)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).



6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG).
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM).
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽¹²⁾
(17)	5. (17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogério Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
VAGO ^(2,5,15)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. VAGO (2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (11)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM).
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3,14)	5. VAGO (3,14)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (1,11,15)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. VAGO (4,11)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,12)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (4,13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (6)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luís Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁰⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Giordano (MDB-SP) (8)	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8)	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8)	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (4,13)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (12)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9)

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).

16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: cddd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13)	3. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

1. Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
3. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLAGIAN).
9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

**14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reuniu elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (8)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(*Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993*)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)

Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
Senador Weverton (PDT-MA)

1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)

1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

Senador Magno Malta (PL-ES)
Senador Jorge Seif (PL-SC)

1.
2.

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)

Senador Dr. Hiran (PP-RR)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)

1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

